

Rita Ferreira Gonçalves da Silva

**Gestão Democrática dos Polos de EaD de Pernambuco: um
incentivo à sustentabilidade**

**Recife
2014**



Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância

Gestão Democrática dos Polos de EaD de Pernambuco: um incentivo à sustentabilidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância.

Área de Concentração: Gestão e Produção de Conteúdos para EaD

Orientador: Prof.Dr. José de Lima Albuquerque

Recife

2014

Ficha catalográfica

S586g Silva, Rita Ferreira Gonçalves da
Gestão democrática dos polos de EaD de Pernambuco: um incentivo à sustentabilidade / Rita Ferreira Gonçalves da Silva.
-- Recife, 2014.
82 f.: il

Orientador: José de Lima Albuquerque.
Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia, Recife, 2014.
Inclui referências e apêndice(s).

1. Educação à distância 2. Polo presencial 3. Sustentabilidade
I. Albuquerque, José de Lima, orientador II. Título

CDD 371.394422

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância

Gestão Democrática dos Polos de EaD de Pernambuco: um incentivo à sustentabilidade

Rita Ferreira Gonçalves da Silva

Dissertação julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância, defendida e aprovada por unanimidade em 20/11/2014 pela Banca Examinadora.

Orientador:

Prof. Dr. José de Lima Albuquerque
Departamento de Administração / UFRPE

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rodolfo de Araújo de Moraes Filho
Membro Interno – Departamento de Administração/ UFRPE

Prof^a. Dra. Maria Gilca Xavier
Membro Interno – Departamento de Administração / UFRPE

Prof. Dr. Emanuel Leite
Membro Externo/ UPE

DEDICATÓRIA

Primeiro quero dizer que existe uma Força Superior que me protege e me dá forças para seguir adiante, mesmo nas adversidades. A essa Força dedico meu trabalho.

Aos meus pais, por todo esforço dispensado para garantir meus estudos.

Para minha irmã Inês.

Para Jorge Amaro, pai do meu mais novo tesouro.

Para minha gata Fifi, pelos dias que se deitava ao meu lado, fazendo companhia enquanto eu escrevia meus textos.

Para os meus professores do mestrado.

E, por fim, a você Joana, que nasceu no meio desse processo. Te amo.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer à minha família. Sem eles não conseguiria chegar aonde cheguei.

Agradeço à Universidade Federal Rural de Pernambuco pela oportunidade de ampliar meus conhecimentos.

Aos professores do mestrado, meu mais profundo agradecimento, pois vocês fizeram tudo valer a pena com a dedicação mostrada em sala de aula.

Aos meus amigos de turma, obrigada pelos bons momentos.

Agradeço a todos que colaboraram de alguma forma com este trabalho. Citar nomes me fará cometer injustiças, pois posso esquecer alguém. O que importa é que toda contribuição por menor que seja tem seu valor dentro do todo.

Grata a Força Superior que me guarda.

Muito obrigada!

Epígrafe

“Vocês sabem o que é uma pesquisa:
partimos de uma questão e sempre
encontramos no meio do caminho fatos que
nos colocam diante de uma outra questão”

(Philippe Meyer)

RESUMO

A Educação a Distância no Brasil atua no sistema educacional brasileiro há mais de um século, considerando suas primeiras manifestações isoladas. Os órgãos governamentais e privados muito se utilizaram dessa modalidade de ensino para ampliar suas metas, muitas vezes com sucesso. Entretanto, alguns desses programas educacionais de ensino a distância foram extintos e, conseqüentemente, muitos alunos prejudicados. Atualmente, no Brasil, a modalidade de ensino a distância chegou ao Ensino Superior através da criação da Universidade Aberta do Brasil, que se configura como um consórcio de universidades públicas já estabelecidas o que poderia dar um caráter mais estável ao ensino a distância público no Brasil e mais segurança aos alunos deles beneficiados. No entanto, a característica descentralizada da UAB, representada pelos polos de apoio presenciais, apresenta instabilidades no funcionamento dado que os polos podem ser mantidos por órgãos estaduais ou municipais e muitos deles sofrem com as mudanças de gestão a cada quatro anos. Dentro desse processo, a mudança de gestão do mantenedor pode significar a extinção de um polo e prejuízo para os discentes. Uma pesquisa exploratória preliminar procurou observar o que ocorre com os alunos de polos que sofrem com deficiências no padrão de qualidade estabelecido pelo Ministério da Educação. Verificou-se que os alunos da educação a distância da UAB pouco podem fazer para mudar certas situações indesejadas porque possuem baixa representatividade e pouco acesso a informações importantes sobre seus polos. Este trabalho propõe o incentivo da representatividade discente e o aumento da transparência da gestão para contribuir com o aumento da sustentabilidade dos polos de apoio presencial do Sistema Universidade Aberta do Brasil em Pernambuco.

Palavras-chave: educação a distância; polo presencial; sustentabilidade.

ABSTRACT

Distance Education in Brazil operates in the Brazilian Educational system for more than one century, considering yours firsts isolated manifestations. The government and private agencies are very used this mode of teaching to enlarge their goals, very times with successful. However, some of these educational programs of distance education have become extinct and, consequently, many students were harmed. Actually, in Brazil, the modality of distance education has come to higher education through the creation of the Universidade Aberta do Brasil, which constitutes a consortium of public universities established which could provide a more stable character to teaching the audience away in Brazil and more security to their students benefit. However, the decentralized characteristic of UAB, represented by the poles of classroom assistance, presents instabilities in operation since the poles can be maintained by state or municipal agencies and many of them suffer from management changes every four years. Into this process, the change management maintainer can mean the extinction of a pole and harm to the students. A preliminary exploratory research sought to see what happens with students of poles who suffer from deficiencies in the quality standards established by the Ministério da Educação. It was found that students of distance education from UAB can do little to change certain unwanted situations because they have low representation, little access to important information about your own poles. This work proposes the encouragement of the student representation and increasing the transparency of management to contribute to increasing the sustainability of presence pole support of Sistema Universidade Aberta do Brasil in Pernambuco.

Keywords: Distance education; Presence pole; sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Percentual de Alunos Entrevistados por Curso.....	53
Figura 2 – Condições das Salas de Aula Segundo	54
Figura 3 - Opinião dos Alunos sobre Acervo da Biblioteca	54
Figura 4 - Opinião dos Alunos sobre o Laboratório de Informática do Polo	55
Figura 5 - Respostas dos Alunos quando Questionados sobre quem Escolheu o Coordenador do Polo.....	56
Figura 6 - Conhecimento dos Alunos acerca dos Custos de Manutenção do Polo.....	56
Figura 7 - Respostas dos Alunos quando Perguntados sobre qual Órgão mantém o Polo.....	57
Figura 8 - Alunos que Desejam ser Consultados na Escolha do coordenado de Polo Presencial	58
Figura 9 - Respostas dos Alunos quanto ao Desejo de ser Consultado pelo Acervo da Biblioteca.....	58
Figura 10 - Respostas dos Alunos quando Questionados sobre o Desejo de Representatividade através de Diretórios Acadêmicos	59
Figura 11 - Respostas dos Alunos acerca do Conhecimento sobre a Legislação da EaD	60
Figura 12 - Representação Discente de Curso segundo Respostas dos Alunos.....	61
Figura 13 - Informação dos Alunos sobre Benefícios subsidiados pela Universidade Ofertante para Eventos.....	62
Figura 14 - Respostas dos Alunos quando Perguntados sobre Interesse em Participar de Programas de Bolsa-Auxílio	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Padrão Mobiliário de Polo Presencial	28
Quadro 2 - Padrão de Recursos Humanos de Polo Presencial	29
Quadro 3 – Cursos Ofertados pelo IFPE/EaD em PE	30
Quadro 4 – Cursos Ofertados pela UPE/EaD em PE	31
Quadro 5 – Cursos Ofertados pela UNIVASF/EaD em PE	32
Quadro 6 – Cursos Ofertados pela UFPE/EaD em PE	33
Quadro 7 – Cursos Ofertados pelo UFRPE/EaD em PE	34
Quadro 8 – Polos Presenciais do Estado de PE	35

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CEDERJ	Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro
EaD	Educação a Distância
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
LDB	Lei de Diretrizes e Base
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NEAD	Núcleo de Educação Aberta a Distância
NEFAPRO	Núcleo de Formação de Professores
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINTEP	Sindicato dos Trabalhadores da Educação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unar	Universidade do Ar
UPE	Universidade de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1.1. Contextualização do Tema.....	13
1.2. Justificativa.....	14
1.3. Objetivos	15
1.4. Capítulos da Dissertação	16
CAPÍTULO 1 - A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: ORIGENS, ESTRUTURA E ÁREAS DE ATUAÇÃO EM PE	17
Capítulo 1.1. A educação a distância no Brasil e a origem da UAB	17
Capítulo 1.2. Estrutura da UAB.....	24
Capítulo 1.3. A UAB no Estado de Pernambuco.....	29
CAPÍTULO 2 - GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DOS POLOS UAB.....	36
Capítulo 2.1. Gestão e Administração - concepções e conceitos	37
Capítulo 2.2. Democracia, Gestão e educação: os princípios da Gestão Democrática Educacional	40
Capítulo 2.3. Transparência Pública: um incentivo à participação popular	44
CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	46
Capítulo 3.1. Descrição das Visitas	48
Capítulo 3.2. A Amostra	51
CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	52
CAPÍTULO 5 – INFORMAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE: A DEMOCRACIA NO AUXÍLIO À SUSTENTABILIDADE DO POLO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA.....	62
Capítulo 5.1. O Acesso à Informação: o Portal do Polo de Apoio Presencial.....	63
Capítulo 5.2. A Representação Discente: a relação democrática entre polo e universidade	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS.....	69
APÊNDICE A.....	74
APÊNDICE B.....	76

INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização do Tema

O processo de ampliação do acesso ao ensino no Brasil passou por diversas etapas e políticas públicas, desde as mais autoritárias e tecnicistas, às mais paternalistas e/ou eleitoreiras. Dentro desse processo de ampliação do acesso ao ensino, a educação a distância surgiu como grande colaboradora quando o assunto era “atingir metas numéricas”. Contudo, o que vimos na história da educação a distância no Brasil foi a implantação de diversos programas que tiveram início, meio e fim sem que os principais interessados fizessem parte de fato das decisões tomadas pelos órgãos responsáveis pelas implementações dos programas.

Atualmente, para atingir metas numéricas na Educação Superior, o Governo Federal, através do Ministério da Educação – e no âmbito da Capes – trabalha com a educação a distância dentro do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), em que a figura da universidade ficou descentralizada por meio dos polos de apoio presencial.

A criação da Universidade Aberta foi, de fato, um fator importante na ampliação de vagas no Ensino Superior. Entretanto, a política de oferta de vagas na UAB depende da oferta disponibilizada pelos polos de apoio presencial. Esses polos são oferecidos e mantidos pelas prefeituras de determinados municípios ou pelos governos de alguns estados. Nesse caso, os polos de educação a distância, apesar de possuírem um padrão nacional de funcionamento, podem sofrer instabilidades de acordo com as gestões municipais e/ou estaduais. Um polo, ao contrário de uma universidade propriamente dita, pode fechar a qualquer momento se não estiver cumprindo com os padrões estabelecidos pelo MEC, mesmo que esse polo ainda tenha alunos em curso.

Outro fator que vai além da sustentabilidade de tempo de um polo, é a falta de representatividade discente que contribui para que polos presenciais surjam e “desapareçam” sem ao menos levar em consideração a demanda que deles se utilizam. Ainda somam-se a esse fator a dificuldade no acesso às informações importantes sobre esses polos pelos alunos, mesmo numa era em que a tecnologia preza pela interatividade e pela facilidade no acesso às informações. São poucas as universidades ofertantes de educação a distância que disponibilizam portais na

Internet onde os alunos possam acessar informações a respeito de legislações, direitos e deveres, e dados importantes pertinentes à EaD de forma clara e direta.

As duas situações acima descritas – falta de estabilidade de um polo e falta de representatividade discente contribuem de forma negativa para o avanço e a manutenção da qualidade da Educação a Distância no âmbito da educação pública e, partindo desse problema, demos início a este trabalho de pesquisa.

1.2. Justificativa

Se um polo sofre de instabilidade, conseqüentemente os alunos pertencentes a ele irão sofrer algum prejuízo no processo de ensino e aprendizagem. Perguntamo-nos, então, o que acontecia com os alunos que faziam parte de polos que estavam sofrendo essas “instabilidades” como, por exemplo, um processo de descredenciamento. Ficamos imaginando, também, se essas “insustentabilidades” de polos poderiam ser revertidas caso a comunidade discente pudesse fazer algo. Tendo em “mãos” apenas algumas informações sobre polos do Estado de Pernambuco que apresentavam bons resultados e outros que passavam por dificuldades operacionais, começamos uma pesquisa exploratória.

Apesar do caráter exploratório e descritivo desse trabalho, optamos por trabalhar com uma hipótese, a qual chamamos “hipótese de trabalho” (OLIVEIRA, 2005, p. 34). Em um levantamento inicial, sentimos falta de uma gestão mais democrática nos polos de apoio presencial, algo justamente incompatível com uma época em que, no âmbito da educação, principalmente na educação básica, prega-se a gestão participativa inclusive no que tange à administração de recursos financeiros. Por que o mesmo não pode se estender ao Ensino Superior de forma completa, ou seja, contemplando a educação a distância e chegando a nível de polo de apoio presencial? Contudo, nos perguntamos: “os alunos da Educação a Distância do Sistema Universidade Aberta do Brasil estão informados e representados suficientemente a ponto de terem condições de contribuir com a chamada ‘gestão democrática’?”. Diante da problemática assistida, começamos a trabalhar com a hipótese de que uma gestão mais democrática pode contribuir com a sustentabilidade de um polo de apoio presencial.

Entendemos a sustentabilidade, em seu termo literal, como algo que possui durabilidade, que pode superar as diversidades ao longo do tempo. Um polo da UAB, portanto, tal como uma universidade pública, pode e deve ser uma instituição de caráter estável e durável em relação ao tempo. E, para contribuir com esse caráter mais estável dos polos presenciais, algumas medidas precisam ser tomadas. E os próprios alunos do ensino a distância podem ser os atores principais de tais medidas, motivo que justificou este trabalho.

1.3. Objetivos

Confirmando-se ou não a hipótese, existem duas lacunas na educação a distância em relação à comunidade discente que devem ser preenchidas: a necessidade de representatividade e a necessidade de mais acesso à informações sobre gestão de polos. E foi a partir dessas ausências que traçamos nosso objetivo geral: incentivar o acesso à informação de modo claro e direto e a representatividade dos discentes.

Para atingir os objetivos gerais, traçamos alguns objetivos específicos, como segue:

- Identificar o nível de participação dos alunos cursistas em relação aos processos de gestão dos polos, ou seja, a relação de transparência entre polo *versus* comunidade e;
- Propor duas linhas de apoio à gestão democrática e participativa nos polos:
 - Incentivar a comunidade acadêmica de alunos da EaD a se mobilizar através de diretórios, associações etc., que tenham efetiva participação nos processos decisórios de destinação de recursos para as Secretarias de Educação dos mantenedores aqui analisados e sua consequente destinação aos polos;
 - Sugerir a criação de um Portal de Transparência Pública dos Polos de Apoio Presencial da UAB/PE a partir de páginas das instituições ofertantes dos cursos como forma de acesso direto aos dados estatísticos e financeiros por parte da comunidade.

1.4. Capítulos da Dissertação

Em nosso primeiro capítulo, falamos brevemente da educação a distância no Brasil e como ela se encontra inserida dentro do Estado de Pernambuco. Muitos programas de ensino a distância foram implantados, muitos com sucesso. Porém, não encontramos registros históricos significativos de representatividade discente ao longo da história da EaD no Brasil.

O segundo capítulo procurou delinear o conceito de gestão democrática e discutir como a transparência pública pode incentivar a participação da comunidade discente na gestão dos seus respectivos polos. Os capítulos três e quatro descrevem os métodos e resultados, respectivamente.

Por fim, o capítulo cinco irá trabalhar em cima dos objetivos gerais e específicos, trazendo como produto deste trabalho, propostas para incluir a representatividade discente e a transparência pública na gestão dos polos nas discussões dos gestores em EaD.

Portanto, essa dissertação busca apenas trazer à tona uma necessidade de inclusão dos alunos de educação a distância nas tomadas de decisões acerca dos assuntos de seus cursos e de seus polos e, por consequência, propor caminhos para que a participação discente possa contribuir de maneira mais ativa na sustentabilidade dos polos de apoio presencial. É o primeiro passo para garantir o direito à informação e à participação dos principais interessados na educação a distância pública do Brasil.

CAPÍTULO 1 - A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: ORIGENS, ESTRUTURA E ÁREAS DE ATUAÇÃO EM PE

Capítulo 1.1. A educação a distância no Brasil e a origem da UAB

O Brasil pode ser considerado um dos principais países do mundo na criação de programas que visaram a democratização da educação de qualidade, e a Educação a Distância está há mais de cem anos fazendo parte desse processo de democratização do ensino. Alves (2007) afirma que o Brasil teve grande êxito no desenvolvimento da Educação a Distância até a década de 70 do século passado, mas a partir de então passou a estagnar, só retornando a desenvolver novos programas de excelência no final do milênio.

Antes de 1900 já era possível encontrar em anúncios de jornais alguns cursos sendo ofertados, como por exemplo, a datilografia. Tais cursos eram oferecidos por particulares, mas já configuraram como uma das primeiras manifestações da educação a distância: o ensino por correspondência. Contudo, foi em 1904, com a instalação no Brasil de uma unidade das Escolas Internacionais, que consistia em uma instituição norte-americana - que está presente ainda em diversos países - e ofertava cursos profissionalizantes, quando o ensino por correspondência se consolidou. Somente vinte anos mais tarde, em 1923, com a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, vemos o surgimento de uma nova modalidade de educação a distância: o ensino via rádio.

A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi criada por um grupo de cientistas que tinham como objetivo divulgar a ciência em todo o Brasil.

Em 1923, um grupo liderado por Henrique Morize e Roquete Pinto criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que oferecia cursos de português, francês, silvicultura, literatura francesa, esperanto, radiotelegrafia e telefonia. Tinha início, assim, a educação pelo rádio. (MAIA & MATTAR, 2007, p. 24).

Outras iniciativas de ensino via rádio surgiram logo após o surgimento da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Entre elas estão a criação por parte da Igreja

Adventista do Sétimo Dia, em 1943, do programa “A Voz da Profecia”, transmitido pela Rádio Postal, que ofertava cursos bíblicos para os ouvintes. O programa é transmitido ainda nos dias atuais pela Rádio Novo Tempo. Em 1947, o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) criou a Universidade do Ar (Unar). O projeto durou até os anos de 1962, beneficiando 91 mil pessoas.

As gravações eram realizadas em estúdios e transmitidas para 47 emissoras de rádio no Estado de São Paulo. Os discos contendo as aulas seguiam para os núcleos educacionais instalados nas cidades do interior, que mantinham equipes treinadas pelos funcionários do Senac São Paulo. Nesses locais, muitos alunos recebiam instruções que os capacitavam para assumir diversas funções no setor de comércio e serviços. Cabia aos monitores cuidar do equipamento de som e orientar os estudantes na execução dos exercícios propostos no material de suporte. (SENAC, 2013).

Outras ações educacionais também utilizaram o rádio como meio de propagação. O Movimento de Educação de Base (MEB), fundado em 21 de março de 1961, teve origem nas ações realizadas pela diocese de Natal (RN) que criou em 1959 algumas escolas radiofônicas sob a iniciativa do então Bispo Auxiliar da época, Dom Eugênio de Araújo Sales. Borges (2012) relata que na década de 1950, a população brasileira era em grande parte rural, e enfrentava sérios problemas de desnutrição e mortalidade infantil. Era preciso, na época, trabalhar de forma a educar a população e foi no rádio que os primeiros passos foram dados rumo a um trabalho educativo amplo em prol das populações rurais.

Em 1957, D. Eugenio de Araújo Sales realizou uma viagem à Paróquia de Sutanteza, na Colômbia, onde teve a oportunidade de conhecer a experiência realizada pelo rádio, de um programa de alfabetização. Em 1958, o D. Eugenio Sales sugeriu a criação desse programa na cidade de Natal. O programa recebeu o nome de “escolas radiofônicas”, voltado à alfabetização de adultos no meio rural. (BORGES, 2012).

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) também foi um programa que se beneficiou das ondas do rádio para atingir abrangência nacional. Criado pela Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967, tinha como meta o combate ao analfabetismo e em seu artigo inicial manifestava “a vontade política do Governo em assumir a alfabetização de adolescentes e adultos como uma de suas prioridades” (OLIVEIRA, 1989, p.117).

Com o advento e a popularização da televisão, a Educação a Distância ganhou uma nova aliada tecnológica para ampliar sua área de atuação. Em 1967, foi publicado o Código Brasileiro de Telecomunicações que determinou a transmissão de programas educativos tanto pelas emissoras de radiodifusão como pelas televisões educativas e essa determinação possibilitou a criação de importantes programas educacionais transmitidas pela TV aberta.

Em 1978 teve início a transmissão do Telecurso 2º grau, programa idealizado por Roberto Marinho, que foi jornalista, empresário e presidente das Organizações Globo de 1925 a 2003. Alguns anos depois, em 1981, foi criado, também, o Telecurso 1º Grau. Os dois programas foram substituídos em 1995 pelo Telecurso 2000 e, em 2008, passou a se chamar Novo Telecurso. Ainda temos como exemplo iniciativas de algumas emissoras de TV fechadas que se dedicam à educação, tais como a TV Cultura, a TV Futura e as TVs Universitárias.

Maia & Mattar (2007, p. 27), apontam que no fim da década de 1980 e início dos anos 90 do século passado, houve um grande avanço na Educação a Distância do Brasil que teve como uma das causas o início da era da popularização da informática. Até agora mencionamos muitas iniciativas de ensino a distância que utilizaram a correspondência e o rádio como meios de difusão, mas os cursos ofertados eram voltados preferencialmente para os ensinos fundamental e médio e para a capacitação profissionalizante. Com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, juntamente com o aval de uma legislação brasileira apoiando a educação a distância, o foco da educação a distância passou a ser o ensino superior.

A criação da Open University da Inglaterra, em 1969 entusiasmou o Governo Federal e alguns parlamentares brasileiros a apresentarem propostas e projetos de lei que pleiteavam a criação de uma Universidade Aberta no Brasil (ALVES, 2007, p. 12). Em 1972, o então coordenador de assuntos Educacionais do MEC, professor Newton Sucupira, fez uma visita à recém-criada Open University da Inglaterra e, ao retornar ao Brasil, recebeu do também então ministro Jarbas Passarinho “a incumbência de criar uma Comissão de Especialistas para estudar a possível implantação de experiência semelhante à da Universidade Aberta da Inglaterra no Brasil” (NISKIER, 1996, p.51). No mesmo ano, o deputado Alfeu Gasparini apresentou à Câmara o Projeto de Lei nº 962/1972 que dispunha sobre a frequência livre em cursos de nível universitário. Diz o projeto de lei:

Art. 1º - O aluno universitário que trabalhe gozará de frequência livre nas escolas públicas a fim de graduar-se em: Administração, Direito, Ciências Econômicas, Atuariais e Contábeis, Pedagogia e Ciências Sociais.

Parágrafo único: A presença somente será obrigatória por ocasião das provas escritas para apuração de notas, na conformidade dos regimentos de cada escola.

Art. 2º - Será considerado aprovado na disciplina o aluno que alcançar média de acordo com o regimento de cada faculdade, computando-se para os cálculos apenas as notas das provas escritas e as dos trabalhos exigidos.

Parágrafo único: Os trabalhos referidos neste artigo deverão ser de próprio punho, assinados e arquivados no estabelecimento.

Art. 3º - A frequência livre não exime o aluno dos estágios ou práticas obrigatórios, quando exigidos pelo regimento.

Art. 4º - Não pode usar dos benefícios da frequência livre o menor de 21 (vinte um) anos de idade.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário. (BRASIL, 1972).

Apesar de ter sido bem aceito, o Projeto de Lei nº 962/1972 não foi aprovado e o Conselho Federal de Educação achou por bem que o projeto fosse amadurecido para posterior consideração. Assim, Grupos de Trabalho foram criados com o objetivo de estudar a educação aberta e a distância no Brasil, entre os quais podemos citar os grupos criados pelos ministros Hugo Napoleão (1988-1989) e Carlos Sant'Anna (1989-1990).

As tentativas de criar uma universidade aberta no Brasil não pararam e, em 1989, um Grupo de Trabalho coordenado por Arnaldo Niskier - jornalista, professor e escritor de livros sobre educação (inclusive EaD) – escreveu um documento intitulado “Por uma Política Nacional de Educação Aberta e a Distância” em que podemos observar a presença de estratégias de implantação de um sistema de educação aberta brasileiro. Em resumo, diz o texto:

Proceder ao levantamento da demanda real de necessidades, a ser atendida pela metodologia de EaD; promover a formação de equipes multidisciplinares para a produção de programas; ampliar o acervo das bibliotecas escolares, de modo a incorporar também vídeos, disquetes e outros materiais; incentivar a produção de programas locais de rádio e televisão; apoiar técnica e financeiramente programas e projetos de EaD promovidos por instituições públicas de ensino e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos; estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação de programas e projetos da EaD; aproveitar a infraestrutura de instituições de ensino de nível médio e superior, para torná-las centros de EaD regionais e/ou estaduais; incluir a metodologia da EaD nos currículos dos cursos de educação e de comunicação; oferecer, nas universidades, cursos de especialização em metodologia de educação à distância; oferecer cursos de especialização para professores e outros profissionais de ensino

superior, em face da carência de recursos humanos com titulação adequada e formalmente exigida etc. (NISKIER, 1996, p. 53).

O documento mencionado foi “engavetado”, mas ajudou a “semente” lançada desde 1972 a criar forças para se desenvolver e, com a publicação da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – o nascimento de uma Universidade Aberta do Brasil estava cada vez mais próximo. Apesar de a LDB não deixar explícita a criação de um sistema de Universidade Aberta, ela incentiva a modalidade de ensino a distância em seu artigo 80, inclusive no nível superior:

Art. 80. O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º. A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 1996).

O § 3º do artigo 80 deixa claro que os sistemas de ensino irão estabelecer as “regras” para a implementação do ensino a distância e, no caso do ensino superior, este papel coube a Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC), que foi criada um ano antes da promulgação da LDB de 1996. A SEED foi extinta em maio de 2011.

Apesar de a educação a distância apresentar indícios de estar presente no Brasil desde o século XIX, somente dois anos após a publicação da LDB/96 obtivemos oficialmente a primeira definição sobre EaD pelos órgãos públicos

brasileiros. O Decreto nº 2.494/98, que regulamenta o artigo 80 da LDB/96, estabelece que:

Art. 1º - Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Parágrafo Único - Os cursos ministrados sob a forma de educação a distância serão organizados em regime especial, com flexibilidade de requisitos para admissão, horários e duração, sem prejuízo, quando for o caso, dos objetivos e das diretrizes curriculares fixadas nacionalmente. (BRASIL, 1998).

No mesmo ano de publicação do Decreto nº 2.494/98, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 301/98 que orientava as instituições interessadas em ofertar cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância. Apesar de não termos ainda definida a estrutura de uma Universidade Aberta, em tal portaria podemos visualizar um primeiro indício do que viria futuramente se configurar como polo de apoio presencial, apontando para um modelo de ensino superior a distância descentralizado, nos moldes que encontramos atualmente:

Art. 3º A solicitação para credenciamento do curso de que trata o § 1º deverá ser acompanhada de projeto, contendo, pelo menos, as seguintes informações:

I – estatuto da instituição e definição de seu modelo de gestão institucional, incluindo organograma funcional, descrição das funções e formas de acesso a cada cargo, esclarecendo atribuições acadêmicas e administrativas, definição de mandato, qualificação mínima exigida e formas de acesso para os cargos diretivos ou de coordenação, bem como a composição e atribuições dos órgãos colegiados existentes;

II – elenco dos cursos já autorizados e reconhecidos, quando for o caso;

III – dados sobre o curso pretendido: objetivos, estrutura curricular, ementas, carga horária estimada para a integralização do curso, material didático e meios instrucionais a serem utilizados;

IV – descrição da infraestrutura, em função do projeto a ser desenvolvido: instalações físicas, destacando salas para atendimento aos alunos; laboratórios; biblioteca atualizada e informatizada, com acervo de periódicos e livros, bem como fitas de áudio e vídeos; equipamentos que serão utilizados, tais como: televisão, videocassete, audiocassete, equipamentos para vídeo e teleconferência, de informática, linhas telefônicas, inclusive linhas para acesso a redes de informação e para discagem gratuita e aparelhos de fax à disposição de tutores a alunos, dentre outros;

V – descrição clara da política de suporte aos professores que irão atuar como tutores e de atendimento aos alunos, incluindo a relação numérica

entre eles, a possibilidade de acesso à instituição, para os residentes na mesma localidade e formas de interação e comunicação com os não residentes (...) (grifo nosso). (BRASIL, 1998).

O atual padrão de ensino superior a distância do Brasil, em termos de instituições públicas de ensino, teve seus primeiros casos de sucesso em 1995, quando a Universidade Federal do Mato Grosso iniciou a primeira licenciatura a distância no Brasil. Antes disso, em fevereiro de 1992, foi formado um grupo de trabalho que posteriormente foi denominado Núcleo de Formação de Professores (NEFAPRO), que tinha como tarefa conceber um programa de formação de professores em serviço no estado do Mato Grosso e elaborar um curso de licenciatura a distância, visando atender mais de cinco mil professores dos anos iniciais, sem formação em nível superior. Esse núcleo de formação era composto por representantes da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (SINTEP), das prefeituras municipais, além de professores de licenciaturas da própria UFMT. No final de 1992, esse grupo passou a se chamar de núcleo de Educação Aberta a Distância (NEAD) e foi alocado no até então recém-criado Instituto de Educação da universidade.

A primeira meta do NEAD era a criação da licenciatura em Pedagogia a distância e, até o ano de 1994, a equipe se preparou para a implementação do curso e elaboração de seu material didático.

Enquanto o curso de Pedagogia a Distância era preparado, a equipe cuidava também da infraestrutura de um Centro de Apoio¹ no município de Colíder, no norte de Mato Grosso, dando início à formação de orientadores acadêmicos². No fim do ano de 1994, com o curso já montado, a UFMT realiza seu primeiro vestibular para um curso na modalidade a distância e, nesse vestibular especial, 350 professores da rede pública foram aprovados e, posteriormente, matriculados na primeira turma de graduação a distância do país.

Verificado o sucesso da experiência, a UFMT tratou, então, de expandir o curso para todo estado, abrindo mais cinco polos de apoio presencial. Em 2005, passou a oferecer o curso de Pedagogia voltado para a educação infantil a mais de 2000 docentes e oferta cursos, também, a professores da educação infantil que atuam no Japão.

¹ Atualmente, esse Centro de Apoio é denominado Polo de Apoio Presencial.

² Orientadores acadêmicos seriam o equivalente aos atuais tutores e equipe de apoio de um polo de apoio presencial.

Outros casos de sucesso colaboraram para criar um momento propício para a elaboração de um sistema de universidade aberta brasileira. Em 2000, foi criado o Consórcio CEDERJ (Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro), que pertence à Fundação Cecierj (Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro). O Consórcio CEDERJ é formado por oito instituições públicas de ensino superior (CEFET, IFF, UENF, UERJ, UFF, UFRJ, UFRRJ e UNIRIO) e tem como objetivo levar educação superior gratuita para todo o Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, o CEDERJ também está vinculado ao Sistema UAB.³

Chegamos então ao ano de 2005 em que, finalmente, o Ministério da Educação cria o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que, apesar do nome,

[...] não é uma universidade propriamente dita, mas sim um consórcio de instituições públicas de ensino superior. Além disso, também não é aberta, uma vez que não possui os princípios norteadores desse sistema. (ALVES, 2009, p.12).

Veremos, em seguida, como foi o processo de instituição da UAB em termos de implantação e execução dos cursos através das universidades públicas credenciadas, sua estrutura atual e suas áreas de atuação no território brasileiro.

Capítulo 1.2. Estrutura da UAB

Segundo as informações disponíveis no site do Sistema Universidade Aberta do Brasil⁴, a UAB tem como objetivo ofertar cursos superiores para as mais diversas camadas da população, principalmente àquelas que têm dificuldades para o acesso à formação universitária. Apesar de a UAB atender a todas as demandas populacionais, os professores e outros profissionais que atuam na Educação Básica têm prioridade no acesso aos cursos fornecidos por este sistema de ensino superior.

O Sistema UAB foi instituído em 8 de junho de 2006 pelo Decreto nº 5.800 que diz:

³ Dados obtidos em <http://cederj.edu.br/cederj/sobre/>

⁴ http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6&Itemid=18

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação. (BRASIL, 2006).

A Universidade Aberta do Brasil não é propriamente uma universidade nos padrões conhecidos, que dispõe de uma estrutura predial, com a divisão em campus e departamentos de ensino, entre outras características. Ela consiste em um sistema que integra universidades públicas ofertantes de cursos superiores a distância e faz a articulação entre essas instituições e os governos estaduais e municipais através da figura do polo de apoio presencial. De acordo com o site da UAB,

Os polos de apoio presencial são as unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior no âmbito do Sistema UAB. Mantidos por Municípios ou Governos de Estado, os polos oferecem a infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para que os alunos possam acompanhar os cursos a distância. (BRASIL, 2014).

Em outras palavras, se uma universidade X quiser ofertar cursos superiores a distância, primeiramente ela deve ser associada ao Sistema UAB. Uma vez cadastrada, essa universidade pode atuar em vários municípios, e até vários estados, utilizando como estrutura integradora o polo de apoio presencial. Nos

polos, os alunos matriculados nos cursos poderão desenvolver suas atividades, tais como provas presenciais, aulas presenciais, uso de bibliotecas e laboratórios.

Nos primeiros anos de funcionamento da UAB, os requisitos de adesão eram dispostos para as instituições ofertantes e governos municipais e estaduais através da publicação de editais. O primeiro edital (UAB1) foi publicado em 20 de dezembro de 2005 e, o segundo, em 18 de outubro de 2006.

Atualmente, para aderir ao Sistema UAB, Estados, Municípios e instituições públicas de ensino superior devem recorrer aos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente. Os Fóruns Permanentes foram criados pelo Decreto nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009. Diz o decreto:

Art. 4º - A Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica cumprirá seus objetivos por meio da criação dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e por meio de ações e programas específicos do Ministério da Educação.

§ 1º - O regime de colaboração será concretizado por meio de planos estratégicos formulados pelos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, a serem instituídos em cada Estado e no Distrito Federal, e neles terão assento garantido:

I - o Secretário de Educação do Estado ou do Distrito Federal e mais um membro indicado pelo Governo do Estado ou do Distrito Federal;

II - um representante do Ministério da Educação;

III - dois representantes dos Secretários Municipais de Educação indicados pela respectiva seção regional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME;

IV - o dirigente máximo de cada instituição pública de educação superior com sede no Estado ou no Distrito Federal, ou seu representante;

V - um representante dos profissionais do magistério indicado pela seccional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE;

VI - um representante do Conselho Estadual de Educação;

VII - um representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME; e

VIII - um representante do Fórum das Licenciaturas das Instituições de Educação Superior Públicas, quando houver.

§ 2º - A participação nos Fóruns dar-se-á por adesão dos órgãos, instituições ou entidades referidos no § 1º.

§ 3º - A falta da adesão a que refere o § 2º não impede o funcionamento dos fóruns.

§ 4º - Poderão integrar os fóruns representantes de outros órgãos, instituições ou entidades locais que solicitarem formalmente sua adesão.

§ 5º - Os Fóruns serão presididos pelos Secretários de Educação dos Estados ou do Distrito Federal, cabendo ao plenário dos colegiados indicar substitutos, no caso de ausência ou na falta de adesão de ente da federação.

§ 6º - O Fórum acompanhará a execução do plano estratégico e promoverá sua revisão periódica.

§ 7º - O Fórum deverá elaborar suas normas internas de funcionamento, conforme diretrizes nacionais a serem fixados pelo Ministério da Educação, e reunir-se-á, no mínimo semestralmente, em sessões ordinárias, e sempre que necessário, em sessões extraordinárias, mediante convocação do presidente. (BRASIL, 2009).

Os polos de apoio presencial mantidos pelos estados e/ou municípios podem ofertar vários cursos de diferentes instituições públicas de ensino superior desde que atendam aos requisitos mínimos de infraestrutura exigidos pelo sistema. Basicamente, a estrutura mínima de um polo presencial do sistema UAB deve apresentar os itens observados no quadro a seguir:

Quadro 1: Padrão Mobiliário de Polo Presencial

Dependência	Mobiliário	Equipamentos
Sala para Secretaria Acadêmica	mesa para computador	computador com multimídia
	mesa de escritório	impressora a laser
	mesa para impressora e scanner	scanner
	armários com 02 portas	aparelho de telefone e fax
	arquivos de aço	webcam
	mesa para telefone e fax	no-break
	mural	linha telefônica com ramais
Sala de Coordenação do Polo	cadeiras giratórias	Acesso a internet para o polo
	mesa de escritório	computador completo
	cadeiras giratórias	webcam
	mural	aparelho de telefone
	mesa para computador	
Sala de Tutores Presenciais	armário com 02 portas	
	mesas de reunião p/04 pessoas	computadores completos
	cadeiras estofadas	scanner
	cadeiras com braço	impressora
	mesas de escritório	aparelho de telefone
	mesa para impressora e scanner	webcam
Sala de Professores	armários com 02 portas	
	mesa de reunião p/10 pessoas	
	cadeiras estofadas	
	armário com porta	
	mural	
Sala de Aula Presencial	quadro branco	
	carteiras estofadas	
	quadro branco ou negro	
	mural	
	mesa para professor	
Laboratório de Informática	cadeira estofada	
	cadeiras estofadas	computadores completos
	mesas para computador	webcam
	quadro branco	impressora e 01 scanner
	murais com vidro	projektor multimídia
	mesa para projetor	aparelho de TV 29" e DVD
	armários de segurança	servidor
	mesa para impressora e scanner	no break, HUB e roteador
suporte para TV	aparelhos de ar condicionado	
Biblioteca	aparelhos de ar condicionado	
	mesas p/04 pessoas	computadores completos
	cadeiras estofadas	aparelho de telefone
	cadeiras giratórias	impressora
	mesas para computador	
	mesa de escritório	
	armários com fechaduras	
	mesa para impressora	
armário com 02 portas		
estantes de aço		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de <http://www.uab.capes.gov.br>

Em relação aos recursos humanos, um polo de apoio presencial do Sistema Universidade Aberta do Brasil deverá conter:

Quadro 2: Padrão de Recursos Humanos de Polo Presencial

Recursos Humanos
Coordenador de Polo: responsável pela parte administrativa e pela gestão acadêmica
Tutor Presencial
Técnico de laboratório pedagógico, quando for o caso
Técnico em Informática
Bibliotecária
Auxiliar para Secretaria

Fonte: <http://www.uab.capes.gov.br>

Segundo dados estatísticos disponíveis no site a UAB⁵, atualmente, 96 instituições públicas de ensino superior, incluindo universidades federais, estaduais e institutos federais de educação, estão ofertando cursos superiores a distância pelo sistema Universidade Aberta do Brasil através de 668 polos espalhados pelo Brasil. Em Pernambuco, 5 universidades públicas ofertam cursos superiores a distância através de 22 polos presenciais dentro do estado de Pernambuco⁶.

Capítulo 1.3. A UAB no Estado de Pernambuco

O Sistema Universidade Aberta do Brasil atua no estado de Pernambuco através da oferta de cursos de cinco instituições públicas de ensino: o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), Universidade Estadual de Pernambuco (UPE), Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

O IFPE está atualmente ofertando 4 cursos através de 11 polos presenciais dentro do estado de Pernambuco. A UPE oferta 16 cursos e atua em 9 polos dentro do estado, a UNIVASF oferta 16 cursos e atua em 9 polos pernambucanos, a UFPE tem 17 cursos e marca presença em 13 polos do estado e, por fim, a UFRPE

⁵ http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=10

⁶ Algumas universidades públicas de Pernambuco ofertam cursos em polos fora do estado.

disponibiliza 25 cursos atuando em 13 polos do estado de Pernambuco⁷. Essas instituições ofertam cursos de extensão, bacharelado, licenciatura, tecnológicos e de especialização. Alguns cursos são sazonais, como os de extensão e especialização. Abaixo segue os quadros dos cursos que estão em andamento atualmente por essas instituições pernambucanas de ensino público superior⁸.

O Instituto Federal de Pernambuco oferece cursos de licenciatura, especialização e tecnólogo.

Quadro 3: Cursos ofertados pelo IFPE – EaD em PE

Instituição	Cursos	Natureza
IFPE	Geografia	Licenciatura
	Matemática	Licenciatura
	Gestão Pública	Especialização
	Tecnologia em Gestão Ambiental	Tecnólogo

Fonte: Elaborado pelo autor.

⁷ sisuab.capes.gov.br/sisuab/

⁸ Dados obtidos em 2013

A Universidade de Pernambuco oferece cursos de bacharelado, licenciatura, aperfeiçoamento e especialização na modalidade à distância, e também de formação pedagógica.

Quadro 4: Cursos ofertados pela UPE – EaD em PE

Instituição	Cursos	Natureza
UPE	Administração Pública	Bacharelado
	Biologia	Licenciatura
	Educação Ambiental	Aperfeiçoamento
	Educação de Jovens e Adultos	Aperfeiçoamento
	Educação do Campo	Especialização
	Educação e Saúde	Aperfeiçoamento
	Educação Étnico-Racial	Aperfeiçoamento
	Ensino de Biologia	Especialização
	Ensino de Matemática	Especialização
	Gênero e Diversidade na Escola	Aperfeiçoamento
	Gestão de Programas de Educação Escolar Indígena	Aperfeiçoamento
	Gestão em Saúde	Especialização
	Letras Inglês	Formação Pedagógica
	Letras Português	Licenciatura
	Mediadores de Leitura	Aperfeiçoamento
	Pedagogia	Licenciatura

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Universidade Federal do Vale do São Francisco oferta vagas em cursos a distância de bacharelado, formação pedagógica, licenciatura e especialização.

Quadro 5: Cursos ofertados pela UNIVASF – EaD em PE

Instituição	Cursos	Natureza
UNIVASF	Administração Pública	Bacharelado
	Artes Visuais	Formação Pedagógica
	Ciências Biológicas	Formação Pedagógica
	Ciências Biológicas	Licenciatura
	Docência em Biologia	Especialização
	Educação, Contemporaneidade e Novas Tecnologias	Especialização
	Educação Física	Formação Pedagógica
	Educação Física	Licenciatura
	Ensino de Ciências	Especialização
	Ensino de Química e Biologia	Especialização
	Física	Formação Pedagógica
	Gestão em Saúde	Especialização
	Gestão Pública	Especialização
	Gestão Pública Municipal	Especialização
	Libras	Especialização
	Matemática	Formação Pedagógica
	Pedagogia	Licenciatura
	Química	Formação Pedagógica

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Universidade Federal de Pernambuco oferta cursos à distância de licenciatura, bacharelado, especialização e extensão.

Quadro 6: Cursos ofertados pela UFPE – EaD em PE

Instituição	Cursos	Natureza
UFPE	Ciências Biológicas	Licenciatura
	Ciências Contábeis	Bacharelado
	Didático-Pedagógica para Educação em Enfermagem	Especialização
	Educação em Direitos Humanos	Extensão
	Ensino de Ciências	Especialização
	Ensino de Filosofia no Ensino Médio	Especialização
	Gênero e Diversidade na Escola	Aperfeiçoamento
	Geografia	Licenciatura
	Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça	Extensão
	Letras Espanhol	Licenciatura
	Letras Português	Licenciatura
	Matemática	Licenciatura
	Mídias na Educação	Especialização
	Mídias na Educação	Extensão
	Mídias na Educação	Aperfeiçoamento
	Política e Gestão Educacional em Redes Públicas	Especialização

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, temos a Universidade Federal Rural de Pernambuco ofertando cursos de bacharelado, licenciatura, aperfeiçoamento e especialização na modalidade à distância.

Quadro 7: Cursos ofertados pela UFRPE – EaD em PE

Instituição	Cursos	Natureza
UFRPE	Administração Pública	Bacharelado
	Artes Visuais Digitais	Licenciatura
	Computação	Licenciatura
	Cultura e Histórias dos Povos Indígenas	Aperfeiçoamento
	Educação Ambiental	Aperfeiçoamento
	Educação de Jovens e Adultos	Aperfeiçoamento
	Educação do Campo	Especialização
	Educação em Direitos Humanos	Aperfeiçoamento
	Educação para a Diversidade	Aperfeiçoamento
	Educação para as Relações Etnicorraciais	Aperfeiçoamento
	Ensino de Ciências e Matemática	Especialização
	Física	Licenciatura
	Formação Pedagógica	Formação Pedagógica
	Gênero e Diversidade na Escola	Aperfeiçoamento
	Gestão Pública	Especialização
	Gestão Pública Municipal	Especialização
	História	Licenciatura
	Interdisciplinar em Ciências Naturais	Licenciatura
	Letras Português	Licenciatura
	Mediadores de Leitura	Aperfeiçoamento
	Mídias na Educação	Especialização
	Pedagogia	Licenciatura
	Práticas Pedagógicas em Educação do Campo	Aperfeiçoamento
	Produção de Material Didático para a Diversidade	Aperfeiçoamento
	Sistemas de Informação	Bacharelado

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Estado de Pernambuco e seus 22 polos de apoio presencial podem a ofertar cursos de mais de uma instituição ofertante, inclusive de instituições de outro estado.

Quadro 8: Polos Presenciais do Estado de Pernambuco

Polos	Nº Cursos Ofertados	Instituições Ofertantes
Afrânio	7	UFRPE, UPE
Águas Belas	2	IFPE
Cabrobó	3	UFRPE, UPE
Carpina	8	IFPE, UFPE, UFRPE
Floresta	2	UPE
Garanhuns	10	IFPE, UFPE, UPE
Gravatá	10	IFPE, UFRPE, UPE
Ipojuca	5	IFPE, UFPB, UFPE, UFRPE
Jaboatão dos Guararapes	3	UFRPE
Limoeiro	6	IFPE, UFPB, UFPE, UFRPE
Olinda	3	UFPE, UFRPE
Ouricuri	6	UNIVASF, UPE
Palmares	5	IFPE, UFPE, UFRPE
Pesqueira	9	IFPE, UFPE, UFRPE
Petrolina	5	UFPE, UNIVASF
Recife	7	UFPE, UFRPE
Salgueiro	4	UNIVASF
Santa Cruz do Capibaribe	3	IFPE, UFPE
Sertânia	1	IFPE
Surubim	13	IFPE, UFPE, UFRPE, UPE
Tabira	9	UFPE, UPE
Trindade	9	UFPE, UFRPE, UNIVASF

Fonte: Elaborado pelo autor.

CAPÍTULO 2 - GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DOS POLOS UAB

Ao tratar de gestão na Educação a Distância, devemos conhecer primeiramente a estrutura do sistema analisado. No caso do Sistema Universidade Aberta do Brasil, deve-se levar em consideração a figura dos polos de apoio presenciais que são mantidos por entidades governamentais (Prefeituras, Estados) que, por sua vez, nem sempre cumprem com as exigências que garantem a sustentabilidade de tais polos. Seja pela falta ou deficiência no repasse financeiro, seja pela indicação de gestores inaptos para atuar na Educação a Distância, ou qualquer outro problema gerencial, o que vemos na configuração dos polos é que a estabilidade do mesmo está amplamente associada ao modelo de gestão do mantenedor, ou seja, mudando-se o gestor, mudam-se as regras para a gestão do polo.

Independente da qualidade da gestão de um polo de apoio presencial existe um cenário bem claro no que tange à Gestão Democrática dentro do Sistema UAB: os alunos de educação a distância, principais alvos do processo de políticas públicas educacionais para expansão do acesso ao ensino superior, praticamente não atuam no processo decisório de construção dessas políticas e, menos ainda, nos processos que dizem respeito à gestão dos polos aos quais fazem parte.

Dessa forma, veremos nos próximos subitens, como se constrói um sistema de gestão educacional, como os autores entendem o conceito de Gestão no sentido inato do termo e, seguindo, iremos partir para os entendimentos dos autores no que concerne aos conceitos de Gestão Democrática e, por fim, Gestão Democrática na Educação para, então, entendermos como esse modelo de gestão pode contribuir com a sustentabilidade dos polos de educação a distância e, também, aumentar a participação de todos os atores da EaD – inclusive os alunos – no processo de sustentabilidade da educação a distância a partir da sustentabilidade e estabilidade de um polo.

2.1 Gestão e Administração: concepções e conceitos

O termo “gestão”, segundo o Minidicionário da Língua Portuguesa, de Evanildo Bechara, é a “ação ou efeito de gerir” ou pode significar também o “mandato em determinado cargo ou função” (BECHARA, 2009). O conceito está amplamente ligado ao conceito de “administrar” que significa “gerir ou dirigir (negócio, instituição, etc.) (*idem*)”. Tem origem no verbo latino “*gero, gessi, gestum, gerere*”, que significam “levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar” (CURY, 2002, p. 164).

Fayol (1989, p.26) conceitua a *administração* como o ato de “prever, organizar, comandar, coordenar e controlar”. Para o autor, a *previsão* não é meramente um “jogo” de erros e acertos aleatórios e, sim, uma tarefa na qual o administrador deverá traçar um plano de ação para ações futuras. A *organização* diz respeito ao ato de “constituir o duplo organismo, material e social, da empresa” (*idem*). *Comandar* seria dirigir os recursos humanos e *coordenar* implica em unir harmoniosamente todos os atos e todos os reforços da empresa/instituição. *Controlar* é fazer com que tudo ocorra segundo as regras estabelecidas.

Chiavenato (2003, p. 10) considera que a “tarefa básica da Administração é a de fazer as coisas por meio das pessoas de maneira *eficiente e eficaz*” (grifo do autor).

Aparentemente, *administração* e *gestão* significam a mesma coisa, portanto, administrador e gestor nomeariam pessoas que, teoricamente, possuem a mesma função. É o que podemos concluir quando Masiero (1996) define a Administração como:

Ação de administrar. Gestão de negócios públicos ou particulares. Governo, regência. Conjunto de princípios, normas e funções que têm por fim ordenar os fatores de produção e controlar sua produtividade e eficiência, para se obter determinado resultado. Prática desses princípios, normas e funções. Função de administrador, gestão, gerência. Pessoal que administra; direção. (MASIERO, 1996, p. 12).

Entretanto, Inácio (2013), lembrando Fayol, explica que a Administração é mais operacional e o objetivo do administrador é:

[...] a eficiência organizacional. Sua grande contribuição é a visão abrangente da organização e a definição de seis funções básicas:

1- Função técnica – que hoje é muito conhecida como área de produção, relaciona-se com aspectos de produção de bens e serviços.

2- Função Comercial – denominada nos dias de hoje função de marketing, relaciona-se com a compra, venda e permuta dos bens produzidos e consumidos pela empresa. Notem que a função de compra está incluída nessa função.

3- Função Financeira – ainda hoje mantendo essa mesma denominação, relaciona-se com a busca e gerenciamento dos recursos financeiros utilizados pela empresa.

4- Função Segurança – que nos dias de hoje está inserida na área de Recursos Humanos, tinha por atividade assegurar os bens das empresas e as pessoas envolvidas com a empresa (acidente de trabalho).

5- Função Contábil – hoje essa função não constitui propriamente uma área dentro da empresa, mas uma atividade. Como hoje, na época a função também consistia em registrar as contas efetuadas, elaborar balanço e estatísticas.

6- Função administrativa – também hoje constitui uma atividade atribuída a todas as áreas da empresa, tem o caráter de coordenação das demais áreas. Fayol considerava essa atividade de integração da cúpula das demais funções. (INÁCIO, 2013).

Para a mesma autora, a Gestão, ao contrário da Administração, é mais intelectual do que operacional e, nesse sentido, ela explica:

O gestor detalha mais o funcionamento das estruturas adotadas e foca organizações que estão envolvidas em mercados que exigem alta velocidade na tomada de decisões e flexibilidade para reorganizar e atender as solicitações tanto internas como externas.

A partir desse ponto passa a discorrer das necessidades que as organizações demandam tais como, diversidade, velocidade de mudança, interdependência entre as unidades funcionais, as conexões de internet e a velocidade do ciclo do produto.

Essas necessidades resultam da evolução do mercado onde aparece também a migração do poder para as mãos do consumidor e a inter-relação com a evolução tecnológica. No caso da tecnologia, o autor mostra que no passado recente vários pontos de contato eram feitos com o cliente, mas de forma independente, utilizando sistemas de informação ou mesmo regras de atendimento sem uma intercoordenação entre os recursos.

O Gestor mostra os benefícios, como também os custos dos processos laterais, e entre eles está à coordenação remota. (INÁCIO, 2013).

Vemos que os termos administração e gestão se confundem porque ambas as práticas têm como uma de suas funções o controle, orientação e coordenação de indivíduos e, nesse aspecto, alguns autores defendem a sinonímia ou semelhança

funcional dos termos (Fayol (1960), Barnard (1971), Tead (1972), Drucker (1975), Koontz (1978), Trewatha (1979) e Taylor (1990)).

Ferreira (1997) propõe que o termo “gestão” é mais apropriado para ser utilizado no setor privado, enquanto o termo “administração” estaria mais adequado à ação sobre bem público, mas o autor não esgota aí sua definição, pois tal modo de conceituar gestão e administração é uma tentativa de diferenciar os dois termos com base nas origens da administração dos tempos dos cézares e o próprio concorda que a etimologia dos termos não se adéquam às suas configurações atuais.

Não nos cabe aqui, nesta dissertação, definir categoricamente tais conceitos. O que tomaremos para prosseguir nossos estudos é a concepção de gestão concluída por Dias (2002) onde postula:

Seria correto gestão da produção e administração na produção. Ou seja, gestão de algo e administração em algo. Isto não desmerece a administração, ao contrário, seria impossível conceber a gestão sem ela. Mas a gestão incorpora a administração e faz dela mais uma das funções necessárias para seu desempenho. (DIAS, 2002, p.4).

Diante do exposto, compreendemos que, para manter-se um polo em condições adequadas de funcionamento, seguindo o que prega o documento oficial do MEC denominado “Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância”, se faz necessária a presença de um gestor de polo (ou administrador em um polo). Como estamos tratando de sistema educacional, e não empresarial, a figura de um administrador em um polo (ou gestor do polo) é necessária, mas não suficiente em se tratando de educação. Quando tratamos da relação entre educadores e educandos, por mais que nesse processo se faça presente a figura de um gestor que coordena as relações humanas no sistema educacional – seja em qualquer modalidade de ensino – entra em ação outro conceito que, associado ao termo “gestão”, busca aliar os objetivos do sistema educacional com os objetivos do público-alvo (os alunos, os pais, a comunidade): o conceito de democracia.

Portanto, é nos círculos educacionais que veremos surgir com ênfase o termo “gestão democrática”, pois ao longo das décadas, pais, alunos, professores e gestores foram cada vez mais se unindo em busca de melhorias para os sistemas de ensino, primeiramente na educação básica e, posteriormente, na educação superior. Nesse contexto, onde estaria inserida a Educação à Distância? Ela também é fruto dos movimentos da gestão democrática? Atualmente, a EaD no

Sistema UAB possibilita a participação de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem - através da figura do polo de apoio presencial - ou esse modelo de descentralização do ensino apenas foi concebido para atingir metas administrativas dos governos municipais e estaduais que, ao fim de cada mandato, desestabilizam a estrutura mais básica (e mais vulnerável) da cadeia de funcionamento da UAB - o próprio polo?

Em busca de respostas, faremos um breve apanhado teórico ao conceito de gestão democrática e gestão democrática na educação para, enfim, compreendermos se, de fato, está acontecendo a gestão democrática dentro da EaD a partir da base (polos) do Sistema UAB.

2.2 Democracia, Gestão e Educação: os princípios da Gestão Democrática Educacional

Segundo o Minidicionário da Língua Portuguesa, de Evanildo Bechara, o termo *democracia* significa “governo exercido pelo povo; regime político baseado em poderes governamental e legislativo selecionados por voto popular” (BECHARA, 2009, p.265).

Habermas (1995), ao desenvolver uma concepção procedimental de política deliberativa comparando duas concepções de política – a liberal e a republicana – a partir da terminologia utilizada pelo debate político norte-americano, explica que, segundo a concepção republicana, “a democracia é sinônimo de auto-organização política da sociedade” (p. 95).

A princípio, sozinho, o conceito de *democracia* poderia pressupor a participação de toda a sociedade de maneira livre, onde todos os cidadãos, sem exceção, têm poder igualitário dentro do processo de administração do Estado. Claramente, não é o que acontece, e para que de fato as organizações sociais sejam possíveis, faz-se necessário a figura de um líder que consiga reunir em ações todos os anseios e demandas da sociedade em questão. Então, é nesse encontro entre sociedade e administração que entra a figura da *gestão*.

Lück (2011), em seu livro “Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional”, deixa claro que, em alguns sistemas, o conceito de “administração” possui enfoque limitado. No sistema educacional, por exemplo, a pluralidade de cenários faz com que o termo “gestão” seja mais apropriado, pois ele seria um “conceito novo” que parte “do entendimento de que os problemas educacionais são complexos, em vista do que demandam visão global e abrangente, assim como ação articulada, dinâmica e participativa” (p. 23). Para a autora

A gestão emerge para superar, dentre outros aspectos, carência: a) de orientação e de liderança clara e competente, exercida a partir de princípios educacionais democráticos e participativos; b) de referencial teórico-metodológico avançado para a organização e orientação do trabalho em educação; c) de uma perspectiva de superação efetiva das dificuldades cotidianas pela adoção de mecanismos e métodos estratégicos globalizadores para a superação de seus problemas. (LÜCK, 2011, p. 24).

A *gestão* e a *democracia* são termos que, atualmente, fazem parte do dia a dia dos educadores. Por ser um tema frequente nos debates e reflexões da área educacional, é nesse ramo que a *gestão democrática* encontra múltiplas literaturas com abordagens diversas. Na educação, o termo “gestão” possibilita o diálogo para a resolução de conflitos dos sistemas escolares, ou seja, implicaria em maior participação dos interessados, enquanto o termo “administração” seria mais “restrito” e, portanto, pouco utilizado para designar a gerência no meio educacional.

A gestão implica um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas que possam auxiliar no governo da educação segundo a justiça. Nesta perspectiva, a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução de conflitos. (CURY, 2002, p. 165).

Para o autor citado, se a gestão implica em participação dos sujeitos na solução dos problemas em questão, então, por si só, a gestão já se configura como um processo democrático. Nesse aspecto “a gestão [...] é a geração de um novo modo de administrar uma realidade e é, em si mesma, democrática já que se traduz pela comunicação, pelo envolvimento coletivo e pelo diálogo” (CURY, 2002, p. 165).

As políticas públicas para educação que, ao longo das décadas do século passado, foram implantadas no Brasil, inclusive no que diz respeito ao ensino à distância, mostraram que, quando um sistema educacional é concebido de “cima para baixo”, o resultado termina sendo o não atingimento das metas pré-

estabelecidas por tais políticas. Por isso, muitos projetos educacionais em educação a distância não deram certos ou atingiram metas pouco significativas, pois aqueles que os conceberam não levaram em consideração a multiplicidade de situações em que os cursos/projetos seriam implantados. Com a promulgação da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96), o conceito de democracia tomou força e os diálogos referentes à construção de um sistema de gestão diferenciado para a educação começaram a surgir pelo país. Assim, os sistemas educacionais começaram a ser formados a partir de suas bases e o conceito de administração na educação passou a ter novos e específicos significados. Ganha força o conceito de gestão educacional.

A Gestão Educacional permite o direcionamento e a mobilização que sustentam e dinamizam o modo de ser e de fazer dos sistemas escolares. Permite realizar ações conjuntas objetivando o bem comum, ou seja, o ensino de qualidade (LÜCK, 2011, p. 25).

O conceito de gestão educacional impulsionou as bases a pensarem soluções para os problemas educacionais a partir de suas demandas (pais, alunos, mestres etc.) e cada vez mais a escola passou a ser um local de práticas democráticas. Nesse longo processo, o termo que mais foi debatido, discutido, e refletido nas rodas educacionais foi “gestão democrática” e os sistemas educacionais como um todo (escolas, universidades etc.) passaram a praticar a gestão educacional a partir das bases. Alunos, professores e gestores começaram a ter maior participação na construção das políticas públicas para educação, ou seja, os projetos educacionais estavam começando a ser pensados de “baixo para cima”.

O objetivo da *gestão democrática* nos sistemas escolares e de ensino em geral é o envolvimento de todos os interessados na construção de propostas coletivas para a educação (DOURADO & DUARTE, 2009, p. 15).

A *gestão democrática* deve acontecer em todas as esferas governamentais, inclusive nos municípios – e aqui pontuamos por ser nos municípios que se encontram as bases dos polos de apoio presencial dos cursos à distância da UAB -, pois:

[...] o processo de gestão democrática municipal pressupõe a participação social nas tomadas de decisões, na fiscalização dos recursos financeiros e nas necessidades de investimento, na execução das deliberações coletivas e nos processos de avaliação. (SULPINO&RAMALHO, 2013, p. 4).

Quando tratamos de gestão educacional, a gestão democrática encontra subsídios para ação em três documentos oficiais importantes: a Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB/96) e no Plano Nacional de Educação (PNE).

A Constituição Federal prega que a administração pública deve ser regida pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência (BRASIL, 1988). Destes princípios, tomaremos a “publicidade” como o princípio que mais contribui para a ação popular perante os atos dos governos, pois permite ao povo o acesso ao conhecimento do que tem sido feito (ou não) para solucionar os problemas dos cidadãos. Nesse sentido, buscamos identificar a publicidade como um meio de transparência dos gestores para com a população, permitindo que esta possa cobrar seus direitos e ter acesso a todas as informações que lhe dizem respeito. Trataremos desse princípio em subitem próprio.

A mesma Constituição oferece subsídios suficientes para a participação coletiva nos sistemas educacionais, ou seja, incentiva a democracia nos processos que envolvem decisões dentro das escolas e sistemas de ensino:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - *gestão democrática do ensino público, na forma da lei;*
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação também pontua que o ensino deve ser ministrado seguindo os princípios da gestão democrática:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VII - valorização do profissional da educação escolar;
VIII - *gestão democrática* do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
IX - garantia de padrão de qualidade;
X - valorização da experiência extra-escolar;
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
(BRASIL, 1996, grifo nosso).

Entretanto, a gestão democrática só se faz possível quando o público interessado tem acesso às informações pertinentes aos seus interesses. No que diz respeito aos alunos da UAB, informações importantes como legislação, estrutura operacional de polos e dados financeiros e estatísticos, ainda não estão muito bem esclarecidas e, atualmente, não podem ser acessadas de forma clara e objetiva. Pensando nessa dificuldade, faremos uma revisão de literatura sobre o conceito “transparência pública” que, apesar de ser amplamente divulgado como princípio fundamental para gestão democrática, ainda é pouco explorado tanto pelo público quanto pelos gestores.

2.3 Transparência Pública: um incentivo à participação popular

Bechara (2009, p;873) coloca entre as diversas definições de *transparência* a de “característica de quem manifesta lisura e decência em seus atos”. A partir desse conceito ligado à administração pública iremos delinear nosso referencial teórico aqui proposto.

Em 26 de agosto de 1789, a Assembléia Nacional Constituinte da França aprovou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a qual declara em seu artigo 15 que “a sociedade tem o direito de pedir conta a todo agente público de sua administração”.

Tristão (2000, p.1, *apud* MOTA, 2004), “considera transparência a democratização do acesso às informações, em contraposição ao sigilo das mesmas”.

A Administração Pública Moderna tem incentivado a divulgação das ações governamentais e, para tanto, os órgãos públicos têm se esforçado para, através das tecnologias de informação e comunicação, criarem os chamados “Portais de Transparência” de forma que os cidadãos tenham acesso claro e direto ao que os governos têm feito com as divisas públicas.

Apesar dos avanços na divulgação de dados importantes para a compreensão das atividades desenvolvidas pelos gestores públicos, ainda vemos que existem dificuldades por parte do público em compreender tais informações. No que tange à educação, por exemplo, sobretudo na educação a distância do Sistema UAB, encontrar dados estatísticos constitui uma das dificuldades e, encontrar dados financeiros é, sem dúvida, a maior delas.

Se encontrar informações importantes sobre dados estatísticos e financeiros da educação a distância nos portais federais é uma barreira a ser superada, mais ainda é acessar informações básicas sobre polos de apoio presenciais, sejam eles mantidos pelos estados ou municípios. Saber quantos alunos são formados ou existem em um polo e descobrir quanto é gasto para a manutenção do mesmo é uma tarefa quase impossível para o cidadão comum. Não existem sites específicos para os polos de apoio presencial e os mantenedores (estados ou municípios) não disponibilizam os dados sobre os polos de forma explícita. Se um aluno da UAB quiser saber, por exemplo, quanto foi destinado para seu polo em determinado ano, ele terá que, praticamente, perguntar diretamente ao responsável pelo setor financeiro do mantenedor.

Portanto, entendemos que o princípio da transparência pública pode contribuir com a gestão democrática nos polos presenciais e, também, incentivar os alunos da EaD a participarem mais dos processos gestórios de seus polos. Partindo dessas conclusões, expomos que se faz necessário a criação de meios que possibilitem aos alunos maior acesso às informações sobre dados que lhes são pertinentes e maior incentivo à participação nas decisões que lhes dizem respeito.

CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa e configurou-se em duas etapas. Na primeira etapa, de análise qualitativa, consistiu em trabalho ou visitas de campo em que se buscou realizar um estudo exploratório com a finalidade de se obter informações sobre a realidade dos polos visitados. Antes de visitar os polos, foi feita uma releitura dos Referenciais de Qualidade para Ensino Superior a Distância, documento que norteou a observação da estrutura dos polos.

Antes de conhecer a realidade de alguns polos, o que se tinha como problema era o fato de alguns polos da UFRPE estarem passando por problemas diversos, ao mesmo tempo em que a quantidade da oferta de cursos e vagas estava aumentando. Diante desse conhecimento, partimos para a investigação do que poderia estar causando a instabilidade dos polos e, como curiosidade, queríamos saber como estavam os alunos no meio dessas “instabilidades”. Por isso, antes de começarmos uma pesquisa quantitativa, optamos pelo trabalho exploratório, a partir da visita de campo, característico da pesquisa qualitativa.

Para Oliveira (2008, p.37), a pesquisa qualitativa consiste em “um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”.

Araújo e Oliveira (1997, p.11, *apud* ARAÚJO, 2011), consideram a pesquisa qualitativa como um estudo que:

[...] se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto, se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.

Ainda na primeira etapa, dados secundários foram obtidos através de pesquisa bibliográfica e documental que teve como objetivo tanto levantar as origens da Universidade Aberta do Brasil até sua inserção no estado de Pernambuco, como conhecer mais as teorias que envolvem o conceito de gestão democrática. Segundo

Marconi & Lakatos (1991), dados secundários podem ser obtidos através de livros, revistas, teses, jornais e até em publicações avulsas.

As visitas de campo realizadas deram subsídios para a construção da hipótese e dos objetivos gerais e específicos da pesquisa.

O segundo momento da pesquisa foi denominado “etapa quantitativa” porque, ao retornar em campo, buscou-se levantar também informações quantitativas para subsidiar os objetivos específicos que compõe o produto final da pesquisa.

O produto final da pesquisa consiste em mostrar para as gestões superiores dos cursos a distância da UAB da UFRPE, qual a verdadeira necessidade que os alunos da EaD têm de: a) obter informações que dizem respeito à sua vida acadêmica e; b) articular grupos de alunos em prol de um bem comum.

Após as visitas, foram observadas as seguintes situações:

1. Alguns polos localizados em municípios de Região Metropolitana ou com PIB considerado de crescimento razoável possuíam baixo padrão de qualidade segundo as diretrizes dos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância.
2. Em contrapartida, alguns polos localizados em municípios que possuem PIB com crescimento baixo ou estável, baixa densidade demográfica e alta cultura agrícola e baixa cultura comercial, destacavam-se em relação aos seus padrões de qualidade.
3. Foram encontrados comportamentos diferentes na participação dos alunos em relação à gestão dos polos e no posicionamento dos gestores de polos perante os alunos.
4. Alguns alunos confundem-se em relação aos seus direitos como acadêmicos e muitos desconhecem informações básicas sobre legislação para EaD e não sabem como funciona a estrutura da UAB e nem de onde provém seus recursos.

A visita de campo mostrou que existe uma carência de mobilização estudantil em relação aos alunos da educação à distância e, ainda, falta de acesso claro às informações que lhes dizem respeito. Muitos alunos não conseguem acessar informações sobre seus cursos ou polos de forma direta através dos portais das universidades ofertantes. Muitos polos não possuem sequer uma página para

interação entre seus alunos e, quando possuem, não estão ligadas às páginas das universidades ao qual estão vinculados.

Como as visitas de campo foram as responsáveis por trazer à tona as questões discutidas no presente trabalho, achamos conveniente descrever a marcha analítica que nos levou às hipóteses levantadas e, principalmente, à construção dos objetivos específicos e gerais.

3.1 Descrição das Visitas

Tendo os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância em mãos, e após levantarmos o histórico dos projetos para Educação Superior a distância realizados com sucesso por algumas universidades públicas e por alguns estados, resolvemos iniciar as visitas de campo por um polo que estivesse dentro dos padrões estabelecidos pelo MEC (BRASIL, 2007). Foi decidido iniciar as visitas pelo CEDERJ (Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro) para conhecermos um pouco da história da fundação do consórcio realizado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro com universidades públicas do estado com o objetivo de ofertar cursos à distância, principalmente, para diminuir a carência de profissionais da educação no próprio estado.

Criado em 2000, com o objetivo de levar educação superior, gratuita e de qualidade a todo o Estado do Rio de Janeiro, o Consórcio Cederj é formado por sete instituições públicas de ensino superior: CEFET, UENF, UERJ, UFF, UFRJ, UFRRJ e UNIRIO, e conta atualmente com cerca de 26 mil alunos matriculados em seus 12 cursos de graduação a distância. (RIO DE JANEIRO, 2014).

A visita aconteceu em agosto de 2012 e, com auxílio da assessoria de comunicação da Fundação CECIERJ (Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro), obtivemos informações sobre a estrutura do Consórcio CEDERJ.

Em seguida à visita ao CEDERJ, foi realizada uma visita ao polo presencial de Niterói, vinculado ao consórcio, e conhecemos a sua estrutura - que condiz com as propostas dos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância.

Apesar de o CEDERJ ter sido fundado antes da UAB, atualmente ele também está vinculado ao Sistema Universidade Aberta do Brasil. Contudo, uma informação obtida na visita ao polo Niterói nos chamou a atenção: mesmo se a UAB “terminasse hoje”, o polo continuaria funcionando, pois eles são, antes de tudo, vinculados ao Governo do Estado, segundo conta nossa guia de visita. O polo visitado recebe subsídios da UAB, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e do município de Niterói. A parceria e o compromisso entre Governo do Estado e município é o que garante a sustentabilidade do polo visitado.

Voltando ao Estado de Pernambuco, foram realizadas mais duas visitas. A primeira foi ao polo de Ipojuca, localizado no litoral sul pernambucano e, a segunda, ao polo Jaboatão dos Guararapes, localizado na Região Metropolitana do Recife. As duas visitas foram feitas em janeiro de 2013.

Ao visitarmos o polo Ipojuca, encontramos uma situação aparentemente promissora, pois, apesar de o polo estar em um local “pequeno” (compartilhado com uma escola) e com instalações insuficientes para seu funcionamento, a promessa da época era de que o polo seria transferido para um novo complexo educacional. De fato, o prédio que, segundo fomos informados, seria destinado ao polo, estava pronto, e fomos visitá-lo. Apesar de estar fechado, pudemos ver que ele possuía melhores condições de funcionamento que o anterior.

Em Ipojuca, nos deparamos com outra situação: o polo, mantido pela prefeitura, estava com pessoal reduzido porque a gestão municipal estava sendo trocada (no ano anterior havia sido realizada as eleições municipais) e, como consequência, o pessoal de apoio (contratado) do polo também foi substituído. Entendemos, naquele momento, que a gestão do polo fica vulnerável à gestão municipal e, como consequência, o funcionamento do polo sofre instabilidades quando há trocas de prefeito, por exemplo.

Partimos para a visita ao polo Jaboatão dos Guararapes. Nesse polo, a situação estava pior. Ele não sofria com a troca de gestão municipal porque era mantido pelo Estado, mas sofria com a falta de recursos humanos. A visita teve que ser realizada em um sábado porque o polo só abria nesse dia – o que não condiz com o proposto pelos Referenciais de Qualidade. O polo funcionava em uma escola estadual. A nossa guia de visita, na época, informou que o polo receberia no mês seguinte a visita do MEC e, caso o órgão não encontrasse o polo funcionando durante a semana, ele corria o risco de ser descredenciado. No momento da visita

havia alguns alunos no polo e ficamos interessados em saber sobre o que seriam desses alunos. A nossa guia nos informou que, caso o polo fosse fechado, eles seriam transferido para outros polos que ofertassem seus cursos.

Conhecendo a realidade de três polos presenciais (sendo dois deles dentro do Estado de Pernambuco), partimos para conhecer um polo fora das metrópoles. Assim, visitamos o polo Afrânio, localizado no extremo oeste de Pernambuco. Imaginamos que, se os polos da Região Metropolitana estavam passando por problemas, não seria diferente com um polo mais afastado dos grandes centros urbanos.

Contudo, a visita nos mostrou uma realidade bem diferente. O polo possuía sede própria, com salas amplas, divididas por cursos. Foram realizadas mais duas visitas em dias de aulas presenciais e o polo, aparentemente, se mostrou eficaz segundo as propostas dos Referenciais de Qualidade. Em uma das visitas, presenciamos alunos do polo organizando uma festa de São João na cidade para arrecadação de verbas. Foi a primeira vez que entendemos que, no processo de gestão educacional da UAB, era possível contar também com a participação discente. Outro fato nos chamou a atenção: a Secretária de Educação está sempre passando no polo em dia de aula presencial para “verificar se está tudo ok” e para conhecer os tutores à distância.

As visitas, em geral, também forneceram outras informações importantes: uma delas diz respeito aos canais de comunicação entre aluno-polo-coordenação EaD – universidade. Os alunos ainda se sentem um pouco “perdidos” na busca de informações sobre sua vida acadêmica, sobre seu curso, sobre falhas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, ou seja, eles reclamam que muitas vezes não sabem a quem recorrer ou como proceder diante de determinadas situações.

No final do trabalho de campo, algumas perguntas ficaram sem resposta: como seria possível polos apresentarem condições desfavoráveis em locais que apresentam “riqueza econômica”; os alunos estão a par dos problemas pelos quais seus polos estão passando?; a comunidade discente EaD poderia reivindicar melhorias no seu curso, começando pela melhoria na estrutura de seus polos?

Então, a partir de uma sondagem entre os alunos e nas páginas da Internet destinadas aos alunos EaD da UFRPE, constatamos duas ausências: os alunos possuem pouca transparência em relação aos dados de gestão do seu curso e, principalmente de seu polo; os alunos possuem pouca articulação como comunidade

discente, ou seja, pouca representatividade perante à universidade ofertante e ao polo.

Por fim, a partir das ausências constatadas, foram traçados os objetivos gerais e específicos, focos desta dissertação e relatados na introdução deste trabalho.

3.2 A Amostra

Para prosseguir a pesquisa, dando início à abordagem quantitativa, buscando encontrar informações que nos dissesse o quanto os alunos sabem sobre a gestão dos seus polos e como seria possível auxiliá-los em relação à transparência na gestão de seus cursos e ao nível de representatividade discente, e diante do universo de alunos de educação a distância do Sistema UAB em Pernambuco, escolhemos quatro polos para levantar dados através da aplicação de questionários: Afrânio, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes e Carpina (o último escolhido por ter sido muito elogiado justamente no quesito “gestão”).

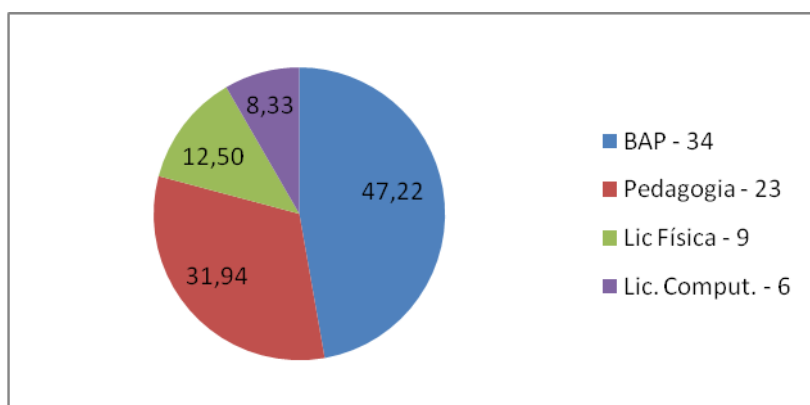
Ao escolher a amostra, foram estabelecidos dois critérios: o primeiro critério estava associado ao mantenedor, pois dois polos deveriam ter mantenedores municipais, enquanto os outros dois, mantenedores estaduais; o segundo critério diz respeito ao funcionamento do polo, em que seriam considerados dois polos que funcionam muito bem, com diferentes mantenedores, e dois polos que passam por problemas, também com mantenedores diferentes.

Definidos os polos para análise, foi elaborado um questionário com 13 perguntas para ser respondido pelos alunos dos polos escolhidos. Os dados levantados foram colocados em planilhas e computados para a construção dos gráficos. Os questionários foram respondidos entre os meses de maio e julho de 2014.

CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos na pesquisa quantitativa mostram que a maioria dos alunos entrevistados cursava Bacharelado em Administração Pública, correspondendo a 47.22% dos entrevistados, seguido de 31.94% de alunos do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Figura 1: Percentual de Alunos Entrevistados por Curso



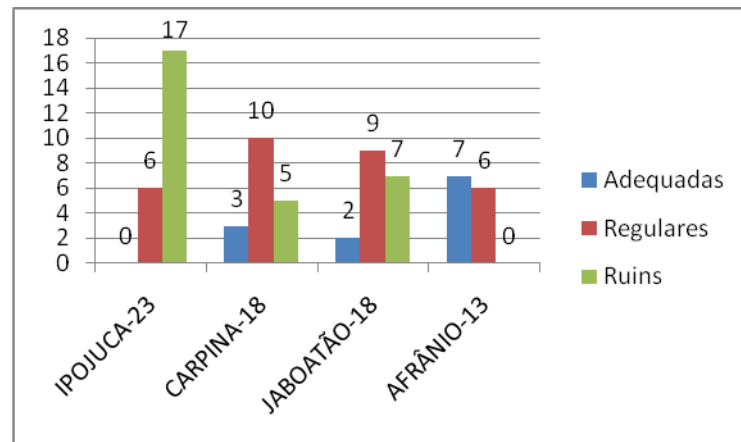
Fonte: Elaborado pelo autor

O primeiro bloco de perguntas do questionário versa sobre a estrutura dos polos⁹.

Quando questionados sobre o que acham das condições de sala de aula, apenas os alunos dos polos Afrânio e Carpina se mostraram mais satisfeitos em relação a esse ambiente de estudo. Enquanto Ipojuca não apresentou alunos que considerassem as salas de aula adequadas, Afrânio não apresentou alunos que considerassem as salas de aula ruins. A Figura 2 mostra como os alunos consideram suas salas de aula.

⁹ Questionário em anexo

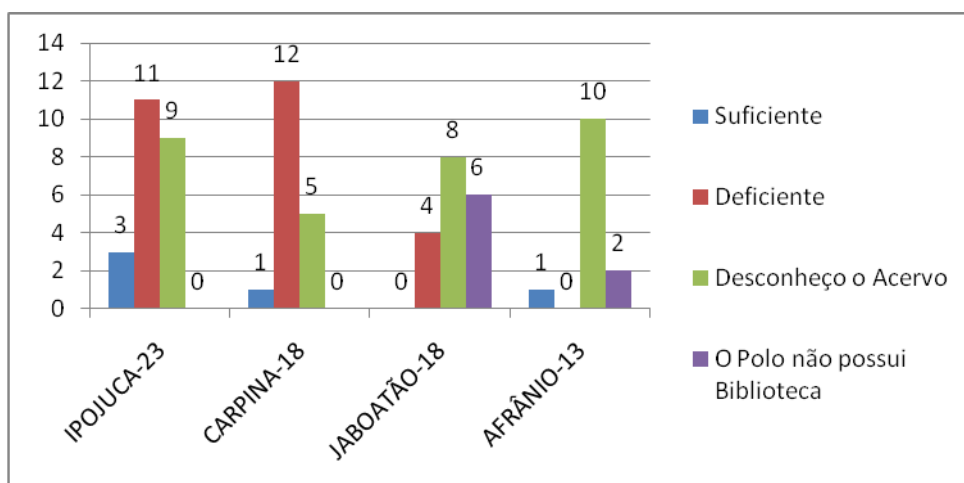
Figura 2: Condições das Salas de Aula Segundo Alunos



Fonte: Elaborado pelo autor

A opinião sobre o acervo da biblioteca do polo também foi levantada através dos questionários e os dados mostraram que os alunos, em sua grande maioria, ou desconhecem o acervo, ou o consideram deficiente para seus cursos, como mostra a Figura 3.

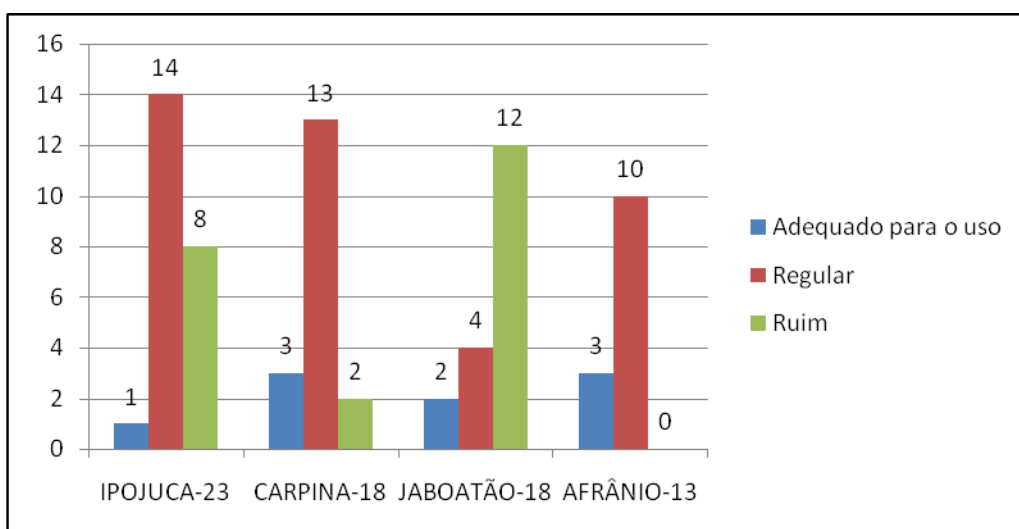
Figura 3: Opinião dos Alunos sobre Acervo da Biblioteca



Fonte: Elaborado pelo autor

Quando questionados sobre o que achavam dos laboratórios de informática dos seus polos presenciais, no geral, os alunos os consideraram regulares, entretanto, os alunos dos polos Jaboatão e Ipojuca foram os que mais consideraram os laboratórios de informática como “ruins”, como mostra a Figura 4.

Figura 4: Opinião dos Alunos sobre o Laboratório de Informática do Polo

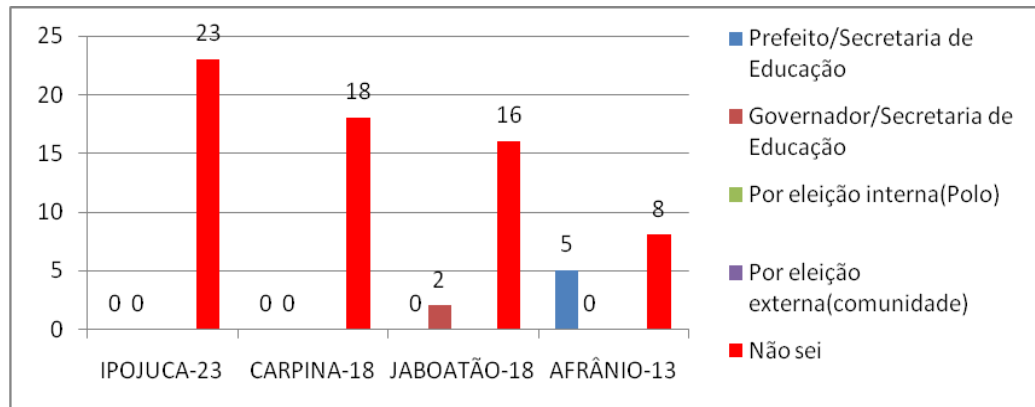


Fonte: Elaborado pelo autor

O segundo bloco de perguntas do questionário trata da gestão do polo.

Os alunos foram perguntados sobre o conhecimento acerca da escolha do coordenador do polo. Com exceção de alguns alunos do polo Afrânio e Jaboatão, todos responderam que desconhecem como foi escolhido o coordenador dos seus polos, de acordo com a Figura 5.

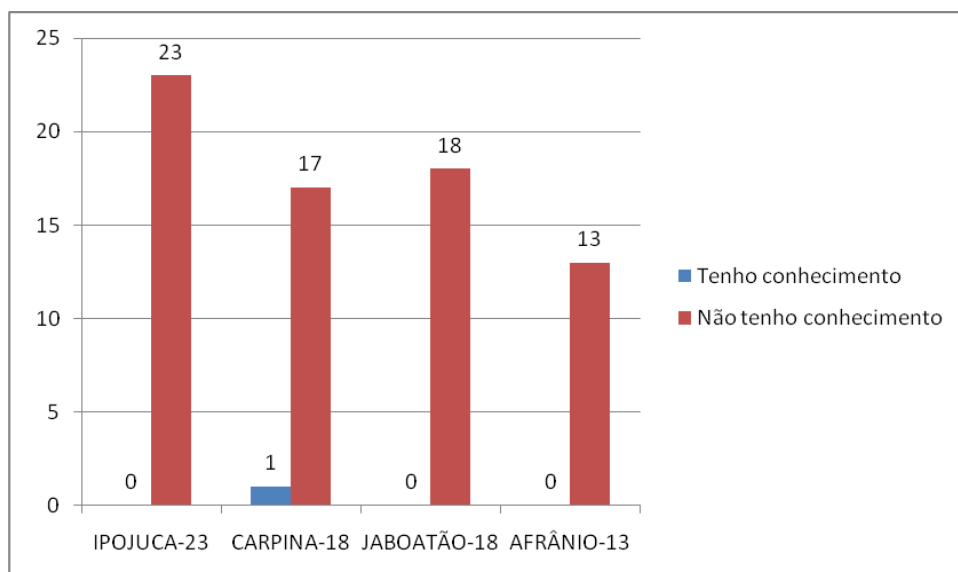
Figura 5: Respostas dos Alunos quando Questionados sobre quem Escolheu o Coordenador do Polo



Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados informados pela Figura 6 mostram que os alunos não possuem conhecimento sobre o quanto é investido financeiramente no polo de apoio presencial do qual fazem parte.

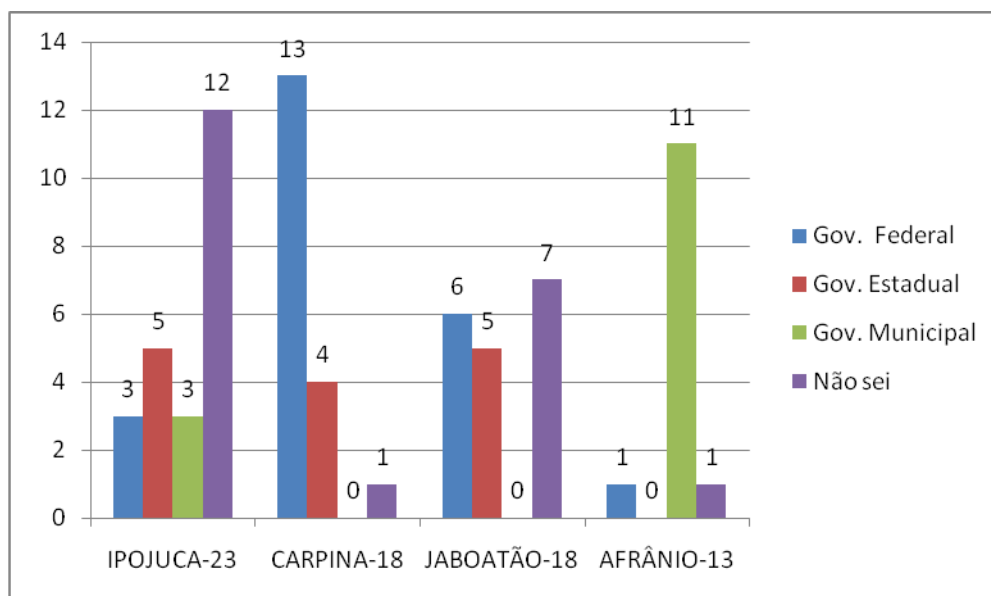
Figura 6: Conhecimento dos Alunos acerca dos Custos de Manutenção do Polo



Fonte: Elaborado pelo autor

Os alunos foram perguntados sobre quem eles acham que mantém o polo presencial do qual fazem parte. As respostas mostradas na Figura 7 revelaram que os alunos da EaD/UAB ainda têm dúvidas sobre quem mantém financeiramente os polos de apoio presencial. Entretanto, os alunos de Afrânio mostraram que conhecem essa informação, pois seu mantenedor é a Prefeitura de Afrânio.

Figura 7: Respostas dos Alunos quando Perguntados sobre qual Órgão mantém o Polo

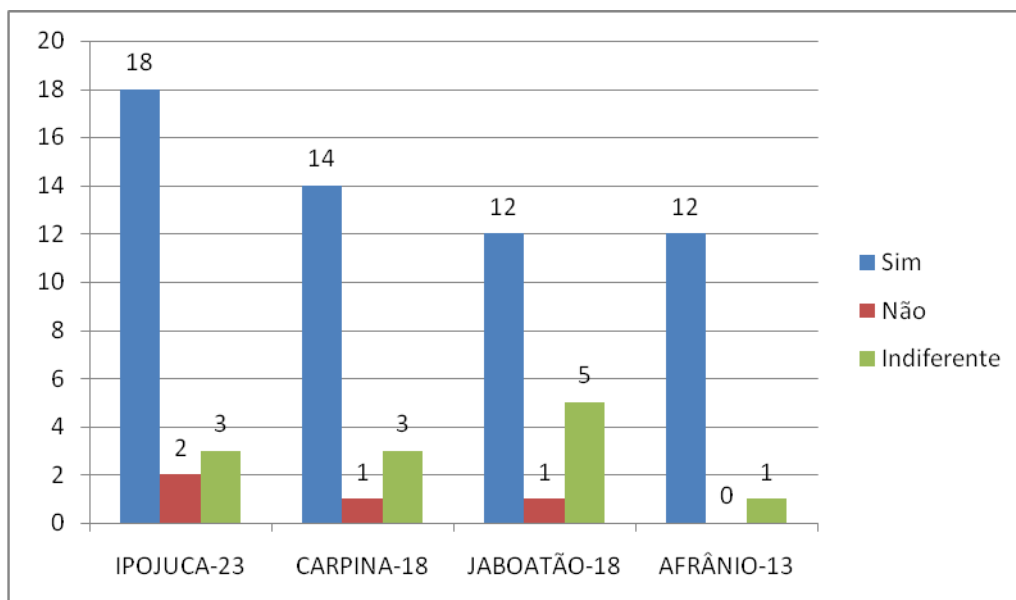


Fonte: Elaborado pelo autor

O terceiro bloco de perguntas do questionário aplicado focou a participação dos alunos na gestão dos polos e sobre o grau de conhecimento de seus direitos e deveres como aluno EaD.

Os alunos entrevistados foram questionados sobre o interesse de serem consultados quanto à escolha de coordenador para o polo presencial. A Figura 8 mostra que a maioria respondeu que gostaria de ser consultado na escolha dos coordenadores de polo.

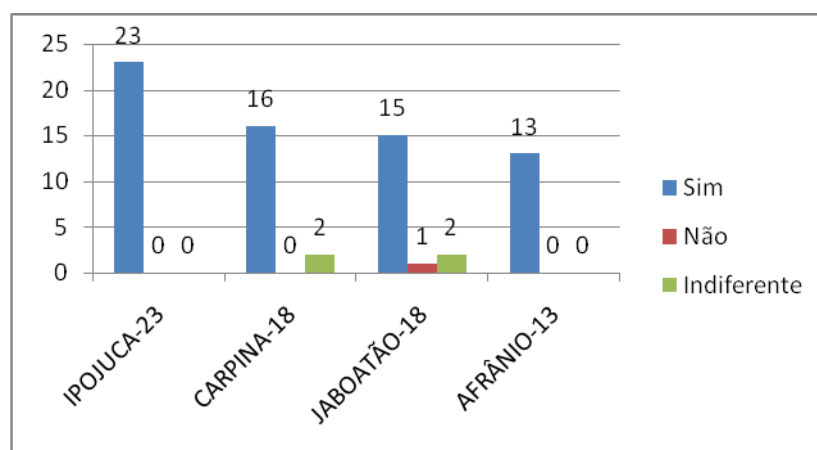
Figura 8: Alunos que Desejam ser Consultados na Escolha do coordenado de Polo Presencial



Fonte: Elaborado pelo autor

Os alunos entrevistados também mostraram interesse em ser consultados em relação à escolha do acervo da biblioteca do polo, como mostra a Figura 9.

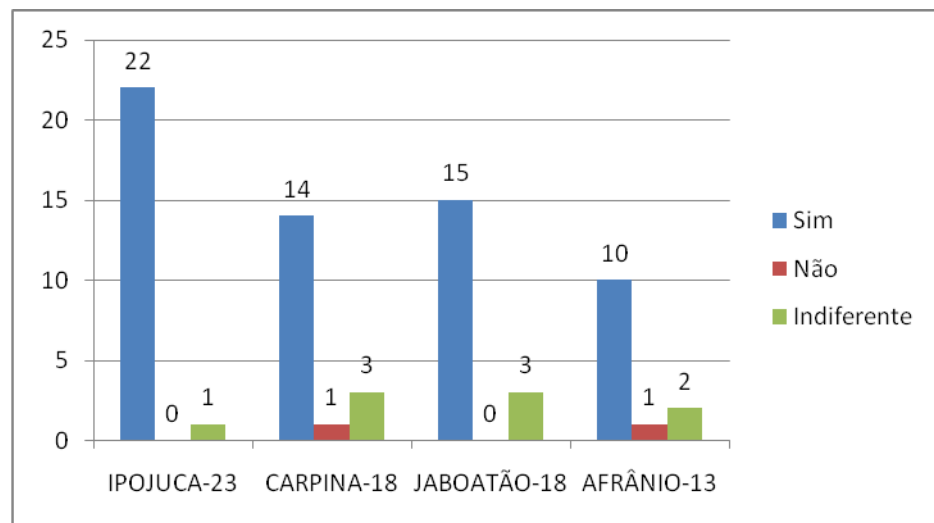
Figura 9: Respostas dos Alunos quanto ao Desejo de ser Consultado pelo Acervo da Biblioteca



Fonte: Elaborado pelo autor

Os alunos também foram questionados sobre seus interesses representativos. Esses alunos do ensino a distância têm interesse em ser representados tal como no ensino presencial, onde há a mobilização de alunos através de centros e diretórios acadêmicos (Figura 10).

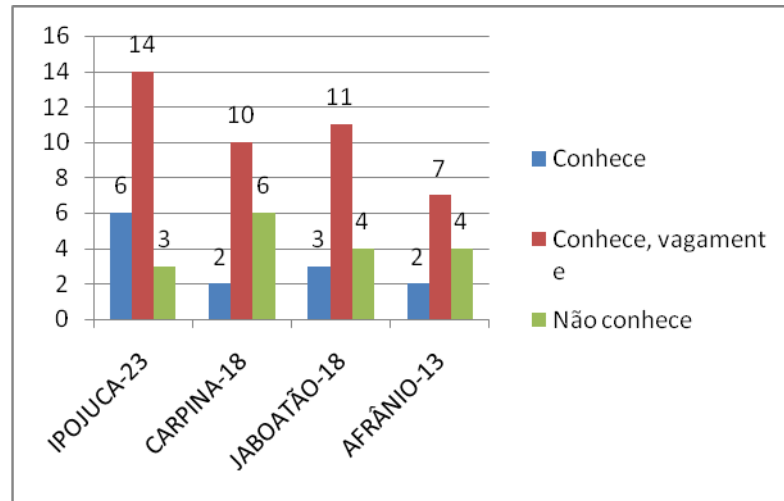
Figura 10: Respostas dos Alunos quando Questionados sobre o Desejo de Representatividade através de Diretórios Acadêmicos



Fonte: Elaborado pelo autor

Ao serem questionados sobre o grau de conhecimento acerca das leis que subsidiam a EaD, os alunos mostraram que conhecem apenas vagamente tais leis, como mostra a Figura 11.

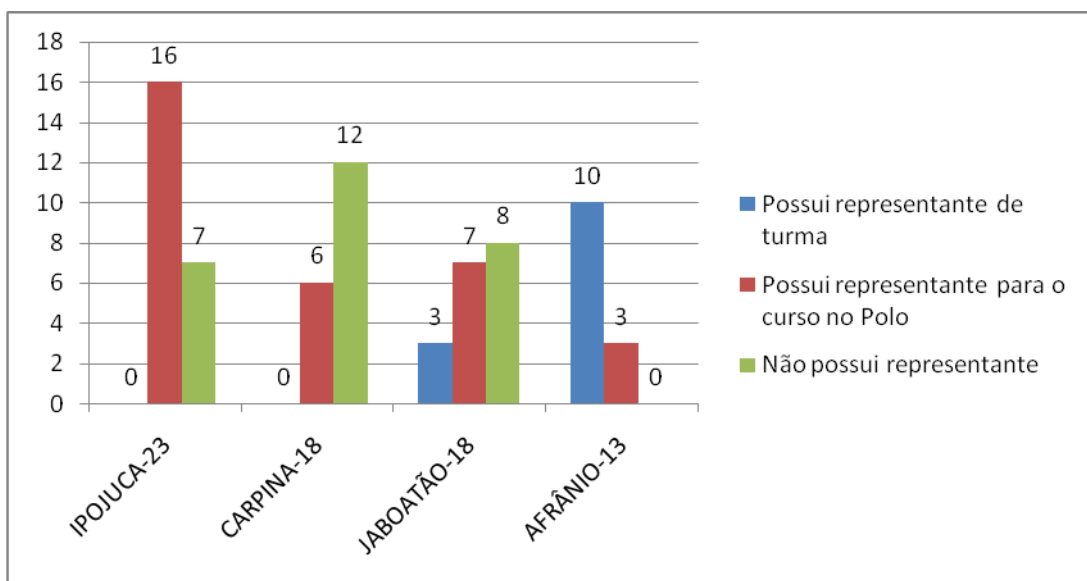
Figura 11: Respostas dos Alunos acerca do Conhecimento sobre a Legislação da EaD



Fonte: Elaborado pelo autor

Com exceção do polo Afrânio, os dados mostram que há uma carência de representatividade discente, principalmente em relação a representante de turmas (Figura 12).

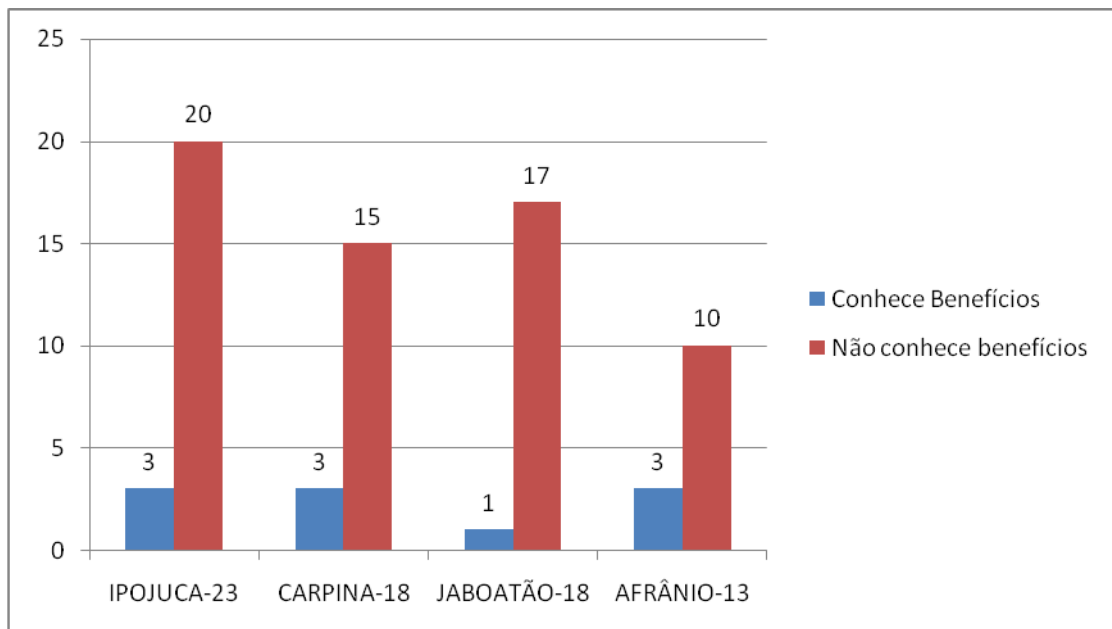
Figura 12: Representação Discente de Curso segundo Respostas dos Alunos



Fonte: Elaborado pelo autor

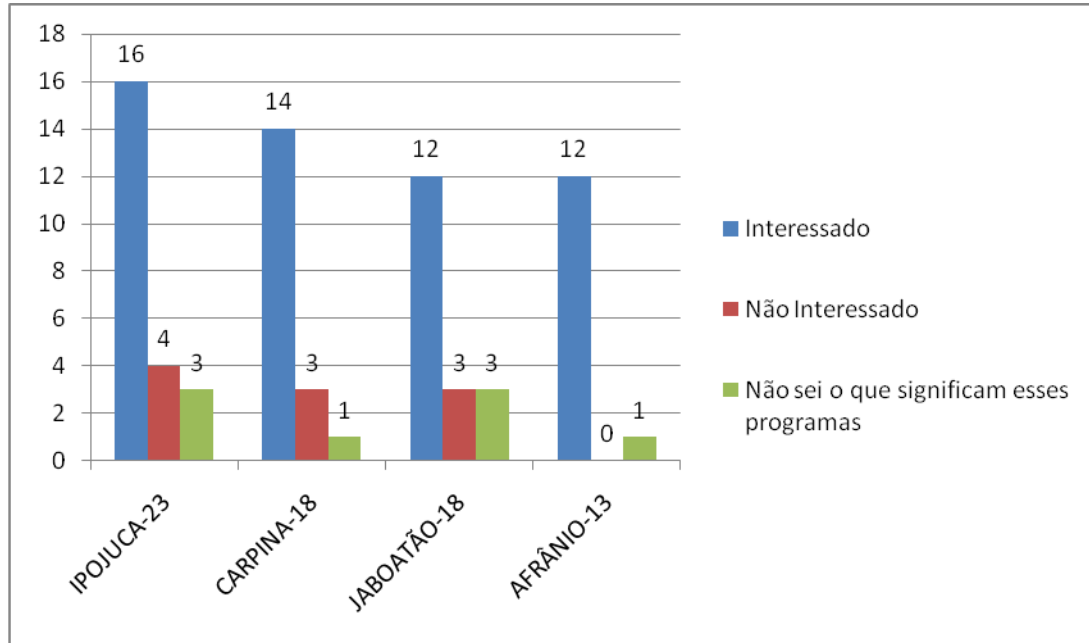
Os alunos também informaram que estão mal informados em relação a subsídios destinados aos alunos para a participação em eventos destinados aos seus cursos (Figura 13). Eles, contudo, se mostraram interessados em participar de programas de bolsa-auxílio, os mesmos programas que são destinados aos alunos dos cursos presenciais (Figura 14).

Figura 13: Informação dos Alunos sobre Benefícios subsidiados pela Universidade Ofertante para Eventos



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 14: Respostas dos Alunos quando Perguntados sobre Interesse em Participar de Programas de Bolsa-Auxílio



Fonte: Elaborado pelo autor

CAPÍTULO 5 – INFORMAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE: A DEMOCRACIA NO AUXÍLIO À SUSTENTABILIDADE DO POLO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

O levantamento de informações através das visitas de campo e da aplicação de questionários foi importante na busca de argumentos que permitem afirmar que os alunos dos polos de apoio presencial não estão se articulando em prol da representatividade e, como consequência, têm dificuldades em lutar por seus direitos acadêmicos. E, ainda, os alunos dos polos de educação a distância da UAB visitados apresentaram baixa informação a respeito de questões importantes na sua vida discente e a respeito do funcionamento do Sistema UAB em geral.

Baseados nessas informações, acreditamos ser necessário a aplicação de intervenções importantes que devem se articular em duas linhas de ação: a informatividade e a representatividade.

A primeira intervenção consiste em dar aos alunos dos polos presenciais a oportunidade de obter informações de forma clara, direta e consistente sobre assuntos que eles necessitarão durante sua vida acadêmica. Os alunos da EaD carecem de um canal melhor de interação com a gestão dos polos e do próprio curso, e precisam também ser convidados a se reunir e formar representantes para que lhes sejam delegadas algumas tarefas voluntárias na busca de maior interação entre as turmas dos cursos e a gestão do polo de apoio presencial – incluindo seu mantenedor -, e essa tarefa consiste na segunda intervenção aqui proposta.

5.1 O Acesso à Informação: o Portal do Polo de Apoio Presencial

A construção de uma página virtual para o polo de apoio presencial possibilitará a maior interação entre os alunos do polo e a comunidade gestora desse polo. Este site deverá estar vinculado às páginas dos cursos de Educação a Distância das universidades ofertantes.

O Portal do Polo de Apoio Presencial deverá fornecer informações básicas aos alunos e possibilitar ferramentas de comunicação com os principais setores da gestão tanto do próprio polo, como da Unidade de Educação a Distância das universidades ofertantes. É importante também que esse portal seja organizado de forma atrativa, estimulando sua visita por parte dos alunos. Nos itens que seguem, elencaremos quais as principais informações e recursos que devem estar disponíveis nesse portal.

1. Dados do Polo

O público deverá ter acesso aos seguintes dados do polo: nome do polo, data de fundação, dados do mantenedor, endereço, nome do atual coordenador, e-mail para contato dos funcionários do polo (coordenador, tutores presenciais, secretários (se houver) e bibliotecário (se houver)).

2. Dados orçamentários

O público deverá ter acesso sobre dados financeiros dos gastos que o mantenedor tem com o polo. Esse dados podem estar linkados com os dados da gestão do próprio mantenedor (site da prefeitura ou portal de transparência do estado).

3. Flexibilidade nos canais de comunicação

Além dos canais de comunicação tradicionais (e-mail e telefone), o polo deverá disponibilizar no site (portal) canais de comunicação alternativos de modo a possibilitar maior interação com o público alvo. As redes sociais poderão ser utilizadas para tal fim, mas como opção alternativa.

4. Informações sobre cursos

Cada curso fornecido pelo polo deverá estar explicitado no site, informando-se a universidade ofertante, o coordenador do curso, seu e-mail, grade curricular, informações básicas sobre o mercado de trabalho que o curso abrange, principais eventos e revistas científicas da área, e demais informações de interesse do cursista.

5. Biblioteca Virtual

Na Biblioteca Virtual, os alunos poderão acessar livros, artigos entre outros textos desde que respeitados os direitos autorais de publicação. A Biblioteca virtual pode ser um espaço em que os Trabalhos de Conclusão de Curso e outras publicações de alunos podem ser disponibilizados.

6. Legislação

Para que os discentes tenham acesso a seus direitos e deveres, é preciso disponibilizar com mais facilidade as publicações referentes às leis e outros documentos oficiais que estão direta ou indiretamente ligadas à educação a distância. Entre os documentos oficiais citamos a LDB / 96, a Legislação UAB (Portarias, Leis, Decretos e Resoluções), A Lei Orgânica do município (caso mantenedor) e/ou do Estado. Também é importante que os alunos tenham facilidade

de acesso através do portal do polo, às atas dos Fóruns Permanentes de Apoio à Formação Docente de Pernambuco, pois nelas estão contidas informações importantes a respeito da criação e situação dos polos. Por fim, é interessante para os alunos terem acesso à Constituição Federal, sendo destacados os itens que fazem menção aos quesitos sobre educação.

7. Calendário Acadêmico

Os alunos poderão ter acesso às datas dos compromissos acadêmicos gerais e específicos para cada curso, tais como acesso às datas de eventos que podem ocorrer tanto no polo como na universidade ofertante.

8. Informes ou Notícias

Com o objetivo de cada vez mais engajar os alunos nas atividades do pólo, da universidade e do seu curso, é importante que o portal esteja sempre se atualizando e buscando informes a respeito de acontecimentos e eventos que interessem o público-alvo.

Além dos itens mencionados, frizamos que o portal deverá ter um modelo (ou layout) agradável e de fácil utilização para que interesse aos alunos seu constante acesso.

Por fim, sugerimos que a construção do portal seja realizada após uma consulta prévia aos alunos para que algumas de suas preferências e necessidades sejam conhecidas, e, dessa forma, seu uso seja realmente de grande utilidade.

5.2 A Representação Discente: a relação democrática entre polo e universidade

Uma vez que os alunos possuem maior acesso à informação, eles possuem mais condições de pleitear seus direitos e até contribuir para que os recursos que mantêm seu polo de apoio presencial sejam garantidos por força de Lei.

Os alunos podem possuir representatividade através de diversas configurações, dependendo dos seus interesses e do contexto em que se encontram. No entanto, elencamos aqui algumas sugestões que podem contribuir com a formação da representação discente na educação a distância do Sistema UAB.¹⁰

Primeiramente, os alunos que ingressam no curso devem ser incentivados a elegerem um representante de turma. Cada curso pode possuir várias turmas, e todas elas podem eleger também um representante de curso no polo. Como cada polo possui vários cursos, esses polos podem ser também representados “discentemente” através da figura do representante de polo perante a universidade ofertante. Nesse aspecto, poderá existir dois ou mais representantes de polo, pois existem polos que ofertam cursos de duas ou mais universidades.

Entendemos que, com a comunidade discente reunida, a participação dos alunos da educação a distância aumentará em eventos acadêmicos e nas atividades de inserção universitária tais como Iniciação Científica e Iniciação à Docência. Por fim, entendemos que, quanto maior a interação discente no polo, maior será a possibilidade dessa comunidade pleitear por melhorias nele, impedindo seu sucateamento e seu conseqüente fechamento.

¹⁰ Construímos um protótipo do “manual de orientação para representação discente”. Ver Apêndice B.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa iniciou com a intenção de compreender os motivos que levam polos do UAB que, teoricamente deveriam possuir o mesmo padrão de funcionamento, a funcionarem de formas tão diversas. Colocando de lado questões regionais que, claramente, trarão características específicas de funcionamento para cada polo, procuramos compreender como os polos que possuem mantenedores diferentes se apresentam, e por que polos que deveriam apresentar bom padrão de funcionamento não o apresenta. Existem razões diversas para um polo funcionar bem ou não, então partimos para investigar como os alunos se vêem diante de tão diversos modelos de gestão de seus polos e como eles avaliam e compreendem o processo de gestão do qual são parte e, mais objetivamente, como era o grau de participação e informação dos alunos perante as questões sobre gestão do polo de apoio presencial, ou seja, a relação de transparência entre alunos e gestores, sobretudo de polos.

A pesquisa quantitativa através da aplicação de questionários mostrou o que já havíamos suspeitado nas visitas de campo, base da pesquisa qualitativa inicial: os alunos estão pouco informados acerca de informações a respeito dos acontecimentos sobre gestão dos seus polos e sobre seus direitos e deveres. Muitas vezes, são até culpados por falta de interesse.

Em contrapartida, esses mesmos alunos não estão articulados o suficiente para pleitear melhorias e aumentar a interação discente nos polos. Não são motivados para elegerem representantes de suas turmas e seus cursos no polo. Então, quando um polo não está operando bem, eles não ficam satisfeito, mas também não fazem muito a respeito, pois não estão organizados o suficiente para lutarem por algo.

O presente trabalho sugere a urgente implantação de portais acadêmicos específicos para os polos de educação a distância do Sistema UAB, pois o que temos atualmente são adaptações e portais dentro dos portais das universidades que não atingem de maneira eficiente e eficaz os alunos da EaD. Sugerimos, também, a urgência em incentivar os alunos a se reunirem em prol do bem comum, entre eles o bom funcionamento de seus polos presenciais para que seja garantida

maior sustentabilidade desses polos, independente das gestões que operam como mantenedores.

O primeiro passo será enviar um documento com os dados obtidos nesta pesquisa para coordenadores de curso e pedir a estes que procurem orientar seus tutores à distância em visita a polos que mostrem aos alunos a importância de se articularem representativamente. Em relação aos portais de transparência, o primeiro passo será o envio de um documento com os dados aqui obtidos para a Coordenação Geral da EaD/UFRPE.

Por fim, sugerimos que a Universidade Federal Rural de Pernambuco possa contribuir com essas implantações, para que possamos continuar investigando através da contínua observação dos resultados, o quanto os polos podem ser mais funcionais quando os alunos destes são mais informados e interessados nas questões de interesse acadêmico e gestacional, e lutam por esses interesses.

REFERÊNCIAS

ALVES, João Roberto Moreira. A História da Educação a Distância no Brasil. **Carta Mensal Educacional**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 82, p.1-5, 01 jun. 2007. Mensal. Disponível em: <http://www.ipae.com.br/pub/pt/cme/cme_82/index.htm>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. A História da EaD no Brasil. In: LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson, 2009. Cap. 02. p. 9-13.

ARAÚJO, Aneide Oliveira; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Tipos de pesquisa**. Trabalho de conclusão da disciplina Metodologia de Pesquisa Aplicada a Contabilidade - Departamento de Controladoria e Contabilidade da USP. São Paulo, 1997.

BARNARD. Chester I. **As Funções do Executivo**. São Paulo: Atlas, 1971.

BECHARA, Evanildo. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 957 p.

BORGES, Débora Roberta. **Movimento de Educação de Base: ação e repercussão em Mato Grosso na década de 1960**. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Departamento de Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&ved=0CD0QFjAD&url=http://www.ie.ufmt.br/ppge/dissertacoes/index.php?op=download&id=403&ei=302qUugowZKRB6-HgdAD&usg=AFQjCNGWUv4gorW6i6T2UjXzbwl-LdhgXg&bvm=bv.57967247,d.eW0>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de janeiro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 23 jan. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 16 dez. 2013.

BRASIL. Universidade Aberta do Brasil. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior. **O que é um polo de apoio presencial**. Disponível em:

<http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16&Itemid=30>. Acesso em: 02 jan. 2014.

BRASIL. Decreto nº 2.494, de 10 de janeiro de 1998. **Regulamenta O Artigo 80 da LDB**. Brasília, DF, 10 jan. 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

BRASIL. Decreto nº 5800, de 08 de janeiro de 2006. **Dispõe Sobre O Sistema Universidade Aberta do Brasil - Uab**. Brasília, DF, 09 jan. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso em: 02 jan. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009. **Institui A Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, Disciplina A Atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - capes no Fomento A Programas de Formação Inicial e Continuada, e Dá Outras Providências**. Brasília, DF, 30 jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm>. Acesso em: 02 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação A Distância (Org.). **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão Democrática da Educação: Exigências e Desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Recife, v. 18, n. 2, p.163-174, 01 jul. 2002. Quadrimestral.

DOURADO, Luiz Fernandes; DUARTE, Marisa R. T. **Progestão**: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar? Brasília: CONSED, 2009. 126 p.

DIAS, Emerson de Paulo. Conceitos de Gestão e Administração: uma revisão crítica. **Revista Eletrônica de Administração**, Franca, v. 01, n. 01, p. 1-5, 01 jul. 2002. Semestral.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administração, tarefas, responsabilidades, práticas**. 3 vol. São Paulo: Pioneira, 1975.

FAYOL, Henri. **Administração Industrial e Geral**: previsão, organização, comando, coordenação, controle. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Rio de Janeiro). **Rádio Sociedade do Rio de Janeiro**. Acervo. Disponível em:
<<http://www.fiocruz.br/radiosociedade/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO (Rio de Janeiro). **Telecurso**: histórico. Disponível em: <<http://www.telecurso.org.br/historico/>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 1, n. 36, p.39-53, set. 1995. Quadrimestral.

INÁCIO, Sandra Regina da Luz. **A Diferença entre Administrador, Gestor, Empreendedor e Empresário**. 2013. Disponível em:
<<http://www.projetodiario.net.br/a-diferenca-entre-administrador-gestor-empreendedor-e-empresario>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

KOONTZ, Harold. **Princípios de administração**: uma análise das funções administrativas. 11^a Ed. São Paulo: Pioneira, 1978.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3^a. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. História da EaD. In: MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EaD**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Cap. 02. p. 21-39.

MASIERO, Gilmar. **Introdução à Administração de Empresas**. São Paulo: Atlas, 1996. 149 p.

MOTA, Walmir Francelino. **A transparência na administração pública**. Maringá: Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, 2004. 34 slides, color.

MOVIMENTO EDUCAÇÃO DE BASE (Brasília). **Educando para Conscientização e Vivência da Cidadania**. Disponível em: <<http://www.meb.org.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

NISKIER, Arnaldo. Mais Perto da Educação a Distância. **Em Aberto**, Brasília, v. 16, n. 70, p.51-56, 01 abr. 1996. Trimestral. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1052/954>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

OLIVEIRA, José Luiz. **As Origens do Mobral**. 1989. 264 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Departamento de Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8912>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Bagaço, 2005. 192 p.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 962, de 05 de janeiro de 1972. **Dispõe Sobre Frequência Livre em Cursos de Nível Universitário**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=218C52D22DF70236923630E16AE7F0DC.node2?codteor=1191112&filename=Avulso+-PL+962/1972>. Acesso em: 15 dez. 2013.

RIO DE JANEIRO. CEDERJ . **Consórcio Cederj**. Disponível em: <<http://cederj.edu.br/cederj/sobre/>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

SENAC (São Paulo). **O Senac nas ondas do rádio**. Disponível em: <<http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=a7409.htm&testeira=453&template;=&unit=ANY>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

SULPINO, Célia Medeiros. **Elementos para a gestão democrática na educação**. 2013. 23 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão Pública Municipal, Departamento de Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <http://cegpm.virtual.ufpb.br/wp-content/uploads/2013/03/resumos_de_trabalhos_de_conclusao_de_curso.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2014.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios da Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1990.

TEAD, Ordway. **A arte da administração**. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

TREWATHA, Robert L. **Administração: funções e comportamento**. São Paulo: Saraiva, 1979.

APÊNDICE A



UFRPE

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
MESTRADO EM TECNOLOGIA E GESTÃO EM EAD
PESQUISA SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUSTENTABILIDADE
POLO: _____ CURSO: _____

1. Sobre a estrutura do polo.

a. Você considera as condições das salas de aula de seu polo:

() Adequadas () Regulares () Ruins

b. Como classificaria o acervo da biblioteca do seu polo?

() Suficiente para seu curso () Deficiente para seu curso
() Desconheço o acervo () Polo não possui biblioteca

c. Considera o laboratório de informática:

() Adequado para seu curso () Regular () Ruim

2. Sobre a gestão do polo.

a. Você sabe como foi escolhido o coordenador para seu polo?

() Prefeito/Secretaria de Educação () Governador/Secretaria de Educação
() Por eleição interna (no polo) () Por eleição externa (comunidade)
() Não sei

b. Tem conhecimento sobre os custos de um polo?

() Sim () Não

c. Seu polo é mantido pelo:

() Governo Federal () Estado () Município () Não sei

3. Sobre a participação dos alunos na gestão.

a. Você gostaria de ser consultado na escolha do coordenador de polo?

Sim Não Indiferente

b. Considera importante consultar os alunos na escolha do acervo da biblioteca?

Sim Não Indiferente

c. Em sua opinião, os alunos da educação a distância deveriam ser organizados em centros/diretórios acadêmicos como no ensino presencial?

Sim Não Indiferente

d. Como aluno da EaD, conhece as leis que subsidiam essa modalidade de educação?

Sim Sim, vagamente Não

e. Seu curso possui algum representante perante a Universidade/ Polo?

Sim, de turma Sim, para o curso no polo Não

f. Conhece algum benefício da Universidade para auxiliar alunos EaD em viagens para Encontros, Congressos, em seus respectivos cursos? Caso afirmativo, informe o benefício.

Sim Não

g. Gostaria de participar de programas da Universidade que dão direito à bolsa-auxílio (PIBID, PIBIC, Monitoria, etc.)?

Sim Não Não sei o que significam esses programas

Obrigada pela Participação!